

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS**

**CULTURA E POLÍTICAS SOCIAIS: UMA VISÃO A PARTIR DA CULTURA POLÍTICA.**

**Helena Ariane Borges Corrêa**

**BRASÍLIA – DF**

**JUNHO DE 2008.**

**Helena Ariane Borges Corrêa**

**CULTURA E POLÍTICAS SOCIAIS: UMA VISÃO A PARTIR DA CULTURA POLÍTICA.**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, da Universidade de Brasília (CEPPAC/UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

**BRASÍLIA – DF**

**JUNHO DE 2008.**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS**

**CULTURA E POLÍTICAS SOCIAIS: UMA VISÃO A PARTIR DA CULTURA POLÍTICA.**

**Helena Ariane Borges Corrêa**

**Banca Examinadora:**

Professor Doutor Henrique Carlos de Oliveira de Castro (Presidente) – CEPPAC/UnB

Professor Doutor Danilo Nolasco Cortes Marinho – CEPPAC/UnB

Professor Doutor José Deocleciano de Siqueira Silva Júnior – UNIEURO

Professor Doutor Moisés Villamil Balestro (suplente) – CEPPAC/UnB

**BRASÍLIA, 27 DE JUNHO DE 2008.**

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas pessoas foram fundamentais à realização desta dissertação. Injustas omissões podem ocorrer, mas tentarei anunciar da melhor maneira possível minha gratidão.

Primeiramente, gostaria de expressar meu profundo agradecimento ao meu orientador Prof. Henrique Carlos de O. Castro pelo constante apoio, amizade, paciência e dedicação a este trabalho. Não poderia deixar de ressaltar que se continuo no caminho das Ciências Sociais, se hoje sou pesquisadora da área, muito se deve a ele, por sua dedicação à Academia, por seu profissionalismo e sua determinação em mostrar aos estudantes que as Ciências Sociais são muito mais que teoria e sua aplicabilidade é muito maior do que é mostrado em sala de aula.

Aos professores Danilo Nolasco, José Deocleciano de Siqueira Júnior e Moisés Balestro, agradeço por aceitarem o convite para participação como membros da banca de defesa da dissertação.

Agradeço a CAPES pelo investimento fundamental a este trabalho. Ao Prof. Dr. Danilo Nolasco e a Dra. Maria Inez M. T. Walter pelas valiosas contribuições na defesa do projeto de dissertação. Ao CEPPAC, a seus funcionários e especialmente ao corpo docente que possibilitou a finalização desta após período conturbado em minha vida por questões de saúde. Aos estudantes do CEPPAC, especialmente aos alunos das disciplinas *Tópicos Especiais de Metodologia Quantitativa I* e *Tópicos Especiais em Políticas Públicas nas Américas I* que contribuíram ricamente por meio das idéias e dos debates em sala de aula.

Especialmente agradeço à amiga Ana Elizabeth Reymão, por sua presença e ricas contribuições na fase inicial deste trabalho; ao amigo Daniel Capistrano, que colaborou de forma decisiva para minha permanência no meio acadêmico e por suas valiosas idéias e contribuições para este trabalho; à amiga María del Carmen Castrillón Valderrutén pelo constante apoio.

Agradeço a toda equipe de funcionários, colaboradores, estagiários e pesquisadores do Centro de Pesquisa sobre Opinião Pública da Universidade de Brasília – DATAUnB, pela confiança, pela convivência e principalmente por terem influenciado de maneira extremamente positiva em meu caminho profissional e pelos laços de amizade criados. A todos vocês meu carinho e minha gratidão.

A meus pais, Adão e Cida, aos meus irmãos, André e Ricco, e as minhas cunhadas Mônica e Eliene pelo suporte emocional, carinho, amor e cuidado que me dão a todos os momentos. Sem vocês seria impossível o fim desta longa jornada. Não caberia aqui todo meu amor e gratidão a cada um de vocês.

Ao amigo Pedro Angueth pela paciência, carinho, auxílio, apoio e compreensão em todos os momentos. Aos meus amigos, Antônio Mário L. de Oliveira Júnior, Moema Gomes de Faria, Raquel Koyanagi, Samanta Neta Alves e Vanessa Mariano por tornarem o meu caminho mais leve e terem o dom de me fazer rir nos momentos mais difíceis. Não poderia jamais deixar de expressar meu amor e gratidão a vocês.

Por fim, agradeço a Marcela, minha sobrinha, que no alto dos seus três aninhos consegue tirar toda minha angústia e dissabores com seu olhar carinhoso, seu sorriso e seus pequenos bracinhos ao me abraçar.

## RESUMO

A presente dissertação parte do questionamento de por que fatores culturais não são considerados na formulação de políticas públicas. Para tanto são analisadas e discutidas duas vertentes tradicionalmente separadas na ciência política: culturalismo e institucionalismo, que aqui serão trabalhadas em um nível de análise menos abstrato, relacionando elementos de cultura política com políticas públicas. Com isto o trabalho procura mostrar a relevância do estudo de fatores culturais em políticas sociais e ampliar o debate acadêmico de culturalismo e institucionalismo além de propor um caminho empírico para o estudo de cultura política em políticas públicas. Como conclusão, o trabalho apresenta uma proposta de utilização do referencial teórico e metodológico da cultura política para planejar e implementar políticas públicas de forma mais eficiente, eficaz e efetiva. Este uso aplicado do conhecimento científico na grande área de ciências sociais pode significar uma nova possibilidade de estudos e mesmo de campo de trabalho para sociólogos, antropólogos e cientistas políticos.

**Palavras-chave:** Cultura; Culturalismo; Cultura Política; Institucionalismo; Políticas Públicas; Políticas Sociais.

## **ABSTRACT**

The thesis starts with the following question: why the cultural factors are not considered on the public policies? In order to do that, two traditionally separate strands in political science are reviewed and discussed: the culturalism and the institutionalism. These two strands are here treated in a lower level of analysis, connecting elements of political culture and public policy. The thesis aims to show the relevance of the study of cultural factors in social policies and broaden the academic discussion of culturalism and institutionalism. In addition it proposes a way to study empirically the impact of the political culture in public policies. In conclusion, the use of the Political Culture theoretical and methodological framework is proposed in order to implement more effective and efficient public policies. Besides improving the policies, this use of applied social science opens a new path for academic studies and even a new field of work for sociologists, anthropologists, and political scientists.

**Keywords:** Culture; Culturalism; Political Culture; Institucionalism; Public Policy; Social Policy.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>VI</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>VII</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>I. CULTURA POLÍTICA <i>VERSUS</i> POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>18</b>
CULTURA POLÍTICA .....	18
POLÍTICAS PÚBLICAS .....	23
EXISTIRIA UMA FALTA DE DIÁLOGO ENTRE AS VERTENTES? .....	27
<b>II. IMBRICAÇÕES ENTRE CULTURA POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>36</b>
A CULTURA IMPORTA? .....	36
O ESTADO EM AÇÃO .....	39
USO INTUITIVO DE ASPECTOS CULTURAIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS .....	48
<i>A República de Jeca Tatu</i> .....	48
<i>A Clareza em Combate</i> .....	51
<i>As Mães do Brasil</i> .....	55
<b>III. UMA PROPOSTA EMPÍRICA DE ESTUDO DE CULTURA POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>61</b>
ESTUDO DAS DIMENSÕES DO QUESTIONÁRIO DO WVS – BRASIL, 2006. ....	66
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>73</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>84</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>88</b>



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Verticalização de Políticas Públicas e seus efeitos.....	45
Figura 2	– Questões Culturais.....	69
Figura 3	– Questões Conjunturais.....	70

## LISTA DE QUADROS

Quadro I – Dimensões Analíticas .....	63
Quadro II – Dimensões Analíticas, Variáveis e Descrição .....	67
Quadro II (continuação) – Dimensões Analíticas, Variáveis e Descrição .....	68
Quadro III – Matriz para construção do Questionário.....	71
Quadro IV – Matriz de Concepção de Questões.....	72

## APRESENTAÇÃO

A presente dissertação surgiu de um questionamento acadêmico ainda sem resposta teórica-metodológica consistente nas Ciências Sociais: A cultura influencia as instituições? Pensando de forma mais restrita, o que as pessoas pensam, seus valores e suas crenças influenciam as políticas públicas?

Pareceria óbvio dizer que a cultura influencia a sociedade e em certa medida determina suas características. Porém, até que ponto esta influência poderia ser notada e mais ainda, como isto poderia ser observado e mensurado? Neste sentido, a argumentação realizada parte do princípio de que há relação entre cultura e sociedade. Esta relação poderia então ser percebida nos processos sociais e conseqüentemente seu efeito poderia ser verificado e medido do ponto de vista empírico.

Para estudar esta relação foi escolhida uma das linhas de ação do Estado que são as políticas públicas. Para tanto é necessário observar como a relação entre cultura e sociedade é pensada e pesquisada na área de Ciências Sociais principalmente no que se refere ao amplo debate entre culturalismo e institucionalismo. Na sociologia e na antropologia este debate corre com certa liberdade, porém, na ciência política há uma clara barreira entre as duas vertentes. Sendo assim, questiona-se por que estas duas grandes áreas na ciência política são tradicionalmente separadas.

Culturalismo e institucionalismo têm suas características fortemente marcadas na ciência política. Tradicionalmente as duas vertentes seguem caminhos distintos e paralelos. Falando de maneira genérica, os estudos sobre cultura política, principal área de estudos do culturalismo, focam suas análises no estudo dos indivíduos enquanto o institucionalismo foca sua análise nas instituições. Sendo assim, as pesquisas realizadas não consideram nem que haja influência entre a coletividade e as instituições, nem que a cultura possa intervir no plano institucional.

No sentido de compreender como se dá esta afinidade é necessário partir para um nível de análise anterior no qual se poderia observar esta relação na influência da cultura política sobre os resultados de políticas públicas. Especificamente, o que se pretende é

relacionar elementos de cultura política com políticas públicas. Como poderiam ser elucidados os pontos de interseção entre e valores sociais e políticas públicas?

Culturalismo e institucionalismo são áreas que pouco conversam. Com o objetivo de visualizar empiricamente esta falta de interação será apresentada na primeira parte deste trabalho uma breve revisão da literatura sobre cultura política, sobre políticas públicas e o que tem sido discutido teoricamente sobre a falta de diálogo entre as vertentes.

A teoria de cultura política é abrangente e trata, de forma ampla, das opiniões, das crenças, sentimentos, valores, conhecimento, comportamentos e atitudes de determinado grupo social. Contemporaneamente trata-se um conjunto de determinadas orientações subjetivas que interferem na realidade política.

Diante do avanço tecnológico as técnicas de investigação na área de Ciências Sociais passaram por um refinamento metodológico que possibilitou que os estudos sobre cultura política, que tratam de temas amplos e carregados de subjetividade de tornassem palpáveis e mais claros do ponto de vista empírico.

A abordagem de cultura política trabalhada neste estudo surgiu no cenário da ciência com o pesquisador estadunidense Gabriel Almond em 1956. Em 1963, Almond, juntamente com Sidney Verba lançaram a obra *The Civic Culture* que se tornou um marco dentro do campo de estudos do culturalismo.

Tal obra é importante para este estudo, pois nela há os primeiros apontamentos empíricos de que há influências de elementos de cultura política nas instituições. Ao unir atitude e comportamento para explicar um fenômeno na sociedade a obra aponta que determinadas características de cultura política podem influenciar a constituição social e desta forma as instituições.

Atualmente vários estudos utilizam a referida teoria e o instrumental para identificar a importância de valores, crenças, conhecimentos e sentimentos na explicação do comportamento político, que vai desde questões de sistemas político a questões de desenvolvimento. Destaca-se, por exemplo, a pesquisa mundial de valores, realizada por Ronald Inglehart desde os anos 1980, que incorpora a teoria da cultura política e seu instrumental para mapear mundialmente, em diferentes épocas, as mudanças culturais de

diversos países. Este tipo de estudo permite uma série de análises sobre atitudes e valores em distintas sociedades.

A parte referente à revisão teórica sobre o institucionalismo é centrada no Estado. Não cabe a este estudo lidar com as concepções de Estado, ou com a existência ou não deste. O foco teórico está no chamado *Estado em Ação* (JOBERT & MULLER, 1987), que trata as políticas públicas como parte do mecanismo de funcionamento do Estado e atuam como meio de relação deste com os indivíduos. Não há a pretensão de se aprofundar teoricamente a discussão sobre o conceito e modelos de análise das políticas públicas e o que será visto sobre o assunto será abordado como pano de fundo para a ampla discussão que é o institucionalismo.

O surgimento das políticas públicas como campo de análise na ciência política se deu em razão da adoção de políticas restritivas de gasto nos países em desenvolvimento; da emergência de novos entendimentos sobre o papel dos governos; de muitos países em desenvolvimento ou nos de democracia recente não conseguirem estabelecer políticas adequadas à promoção da inclusão social e ao impulso para o desenvolvimento econômico.

As diferentes formas de conceituar o que é a política pública vão desde a visão de que se trata do estudo do governo à luz de questões públicas à forma de solucionar problemas sociais. Neste sentido, a observação sempre é tangida pelo governo, seja em suas ações, seja em suas relações políticas.

Existiria então alguma interseção entre cultura política e políticas públicas? Para elucidar como esta relação vem sendo pensada, serão apresentados alguns exemplos de estudos que procuraram elucidar este questionamento.

Nos estudos que abordam o tema vários tipos de relações são pensados: influência da cultura política no estabelecimento ou manutenção da democracia; influência da opinião pública na política e, de forma ampla, entre a opinião dos atores e as políticas públicas. Pareceria óbvio dizer que as crenças, os valores e as opiniões pessoais influenciariam determinada política, porém este debate que flui com liberdade na antropologia e na sociologia encontra suas barreiras nas discussões conceituais da ciência política. Esta barreira demonstra que há uma clara fronteira de conhecimento dentro das Ciências Sociais o

que é inadmissível na ciência, pois a estagnação impede que o conhecimento científico avance.

Esta discussão traz à tona o questionamento de por quê o tema não é tratado pela academia se existem evidências da relação entre o que as pessoas pensam e seus efeitos sobre as políticas públicas? Uma justificativa é a de que tradicionalmente as ciências sociais não se preocupam com as ciências sociais aplicadas e por isto ainda não foram construídos mecanismos que tornem tangíveis esta observação.

Por isto, defende-se que é necessária a integração entre disciplinas das ciências sociais, pois a utilização de instrumentais teórico-metodológicos já amplamente reconhecidos em estudos de cultura política, como pesquisas de tipo *survey* e comparativa entre países podem suprir a necessidade de refinamento metodológico para a verificação da influência da cultura política nas políticas públicas. Por outro lado, a utilização do referencial cultural proporcionado pelos estudos sociológicos e antropológicos, contribui para a ampliação do debate em torno dos fatores que influenciam as políticas públicas.

Esta discussão se mostra urgente para América Latina, pois desde o Consenso de Washington a ação do Estado vem sendo pautada segundo modelos internacionais de implementação de políticas públicas sem levar em consideração fatores que vão além de aspectos demográficos e econômicos. Por isto é essencial o uso da Ciência Social aplicada. Isto só reforça que a interdisciplinaridade tão almejada no meio acadêmico ainda está em processo de construção.

Assim, a segunda parte deste trabalho procura identificar os pontos de interseção entre cultura política e políticas públicas. Para tanto, faz o resgate da discussão sobre a importância da cultura nos estudos sobre a sociedade; a percepção da ação do Estado enquanto executor de políticas sociais e traz a exemplificação do uso intuitivo de aspectos culturais em políticas públicas justamente com o intuito de mostrar que a discussão dos efeitos culturais deve ser mais aprofundada e bem delimitada não só do ponto de vista teórico, mas principalmente bem trabalhados metodologicamente.

Com o objetivo de contextualizar os estudos sobre cultura, traça-se um panorama das pesquisas realizadas sobre a importância da cultura nas investigações sobre a sociedade e com isto a emergência de estudos que visam a cultura como fator insucesso da

ação do Estado, porém como característica de uma cultura “fraca” e sem suporte tradicional que permitam um desenvolvimento progressista da sociedade.

Como então relacionar valores e atitudes no processo de desenvolvimento do Estado? Por que os governos ignoram a influência de fatores culturais? Qual a resistência do Estado em lidar com as transformações que acompanham o desenvolvimento? Neste sentido passa-se à explanação de que para o Estado a cultura não importa.

A argumentação segue no sentido de mostrar que para o Estado os elementos culturais não são prioritários. As agendas políticas, tanto nacionais quanto internacionais, estão ocupadas em acrescentar fatores econômicos e demográficos em suas ações para cumprir metas que nem sempre dizem respeito a sua própria sociedade.

Um exemplo disto é a recomendação de políticas compensatórias nos países em desenvolvimento. Estas políticas tendem a ser uniformes por imposição de órgãos internacionais de financiamento. Estas determinações internacionais são refletidas não apenas nas políticas públicas, mas também são refletidas em instituições que do ponto de vista dos países desenvolvidos seriam a chave para o desenvolvimento dos países “subdesenvolvidos”.

A tendência à uniformização das políticas públicas produz um fenômeno conhecido com verticalização. Para os fins deste trabalho não seria possível deixar de falar de tal acontecimento, pois um dos questionamentos é que mesmo que diferentes sociedades, com o mesmo problema social, realizem o mesmo tipo de políticas públicas, estas podem produzir resultados distintos. Uma hipótese é a de que fatores culturais são determinantes nos diferentes resultados alcançados.

No sentido de mostrar que os aspectos culturais são incorporados nos desenhos de políticas públicas, porém de forma intuitiva, serão apresentados três exemplos. O que se procura ressaltar é que não há registros de estudos preliminares ao desenho de políticas sociais e que o conhecimento do público alvo normalmente é o advindo do senso comum.

A terceira e última parte traz uma proposta empírica do que pode ser realizado para a inclusão dos aspectos culturais nas políticas públicas. A incorporação de fatores sociais, culturais e políticos na formulação de políticas públicas colaboraria para a inclusão de especificidades do meio social a que é dirigida ampliando assim sua eficiência. Porém isto não seria o bastante para a eficácia da política.

A proposta apresentada sugere que seria necessário um estudo sistemático dos fatores culturais – que obviamente são dinâmicos em função do próprio movimento social – e de mecanismos de controle, como por exemplo, um acompanhamento do desenvolvimento da política desde a sua implementação.

No Brasil, os processos de acompanhamento e avaliação de políticas públicas ainda são incipientes e não há registros de levantamentos anteriores à formulação da política no que diz respeito ao conhecimento amplo sobre o público alvo. Porém, sabe-se que há uma relação entre cultura e o desenvolvimento das políticas.

Ao pensar a relação entre fatores de cultura política e políticas públicas depara-se com o questionamento de como apontar esta relação uma vez que muito é falado e pouco é demonstrado nas análises empíricas. Neste sentido, propõe-se um caminho de análise que considere o levantamento das opiniões, das crenças e dos valores da população brasileira como processo anterior à formulação e à implementação das políticas públicas.

Não se trata de utilizar o conhecimento da opinião das pessoas para decidir as políticas a serem implementadas ou ainda qual o seu conteúdo. Decidir sobre as políticas públicas cabe ao ator político, que não deve ser substituído por técnicos. Trata-se da realização de levantamentos que permitam conhecer além da opinião dos atores, dado que a opinião é circunstancial. O que se propõe é um levantamento da configuração cultural, do conjunto de manifestações individuais que configuram o contexto cultural do grupo alvo de determinada política pública.

Levar em consideração os aspectos de cultura política do público alvo no processo de concepção de políticas públicas seria importante para verificação da aceitação da política e conseqüentemente para a adesão dos indivíduos. Não se trata nem de as pessoas aceitarem a política, no sentido de optar ou não pela participação, nem de uma exigência a priori para que uma política seja implementada, pois as políticas são planejadas e executadas por uma série de interesses que independem da vontade popular. Trata-se de conhecer melhor o público alvo e assim ampliar a eficácia e a eficiência das políticas públicas garantindo assim sua efetividade.

Portanto, este trabalho traz como proposta empírica a realização de um levantamento que poderia ser pensado a partir da construção de um instrumento, a ser



aplicado à população alvo, contendo uma bateria de questões relacionadas a valores que influenciariam qualquer tipo de política pública e baterias de questões específicas contendo pontos que permitam identificar as crenças e os valores relacionados a determinado tipo de política como, por exemplo, educação, emprego, renda ou trabalho. Portanto, este levantamento deveria ser realizado antes da implementação da política para observação das especificidades da população.

Uma das formas de elaboração de um instrumento é utilizar questões que já foram usadas em outros levantamentos e que, observada a pertinência ao estudo que se propõe o instrumento, podem servir como cerne na construção deste na medida em que já foram pré-testadas em diversas aplicações e sua abrangência e capacidade de inferência podem ser ampliadas. Por isto, será apresentado um estudo das dimensões do questionário do WVS, com o objetivo de elucidar a matriz de construção do questionário e também a elucidar o esquema de formulação das questões tendo como base questões atitudinais e questões comportamentais.

Este estudo procura contribuir com o debate acadêmico de maneira a suscitar questionamentos como, por exemplo, se há possibilidade de avaliar as crenças e as opiniões das pessoas após a implementação de políticas públicas, por quê isto não poderia ser feito antes das políticas públicas serem implementadas? Ou seja, quando uma política é implementada não se leva em consideração a priori os valores e as crenças dos indivíduos. Basicamente são levantados dados demográficos daquela população e a partir dali é realizado o desenho, a implementação das políticas públicas e posteriormente em alguns casos ela é avaliada.

A grande questão é: seria possível realizar um levantamento dos valores antes mesmo de se pensar a política? A hipótese é de esse levantamento pode ser realizado e de que esse isto poderia garantir a eficácia da política, na medida em que ações pautadas pelo conhecimento aprofundado sobre o público alvo garantem maior adesão às políticas e também sua eficácia.

## **I. CULTURA POLÍTICA *VERSUS* POLÍTICAS PÚBLICAS**

### **Cultura Política**

O conceito *cultura política* é carregado de significados por unir duas palavras que são conceitos distintos nas Ciências Sociais. Não se trata nem da demarcação, nem da junção dos conceitos de “Cultura” e de “Política”. Individualmente estes termos são passíveis a diferentes tipos de análise por diversas disciplinas, porém a união destes gera um novo conceito no contexto da Ciência Política adquirindo significado próprio, ampliando o debate nesta disciplina e despontando como uma nova área de conhecimento. (CASTRO, 2000)

Cultura política é uma teoria abrangente que trata, em linhas gerais, das crenças, opiniões, valores, conhecimento, sentimentos, comportamentos e atitudes de determinada população. Em uma abordagem contemporânea, é um conjunto de determinadas orientações subjetivas que interferem na realidade política.

A partir da década de 50 o refinamento da metodologia e das técnicas de investigação na área das Ciências Sociais possibilitou que os estudos realizados no campo da cultura política se tornassem tangíveis diante da abrangência e subjetividade que compõem esta linha de pesquisa. A utilização de técnicas estatísticas para delimitação do universo de estudo, o aprimoramento de instrumentos de coleta de dados, a utilização de testes matemáticos para a verificação empírica e para o exame das informações obtidas possibilitaram a consolidação deste campo ao circundar traços subjetivos considerados impassíveis de análise pela Ciência Política.

Cultura política, como será abordada neste estudo, surge no cenário atual da Ciência Política com o norte-americano Gabriel A. Almond em 1956. Após a segunda guerra

mundial a Ciência Política norte-americana se empenhou para entender a relação entre a cultura política e os fatores que levariam ao estabelecimento e manutenção da democracia<sup>1</sup>.

Dentro deste contexto, Gabriel A. Almond e Sidney Verba publicaram em 1963 a obra *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*<sup>2</sup> que é considerada fundacional no campo de estudos da Ciência Política justamente por seu impacto nesta comunidade acadêmica. A obra e o conceito tornaram-se recorrentes nos debates acadêmicos tanto por aqueles que utilizam os fundamentos propostos por Almond e Verba quanto por aqueles que negam ou questionam esta linha de pesquisa.

A tese central de *The civic culture* é a de que existe relação causal entre a opinião dos atores e a consolidação do sistema democrático. Esta relação poderia ser conhecida empiricamente a partir da análise de fatores macro e microanalíticos, pois a consolidação e a manutenção da democracia estariam ligadas às atitudes, aos comportamentos individuais e à crença no próprio sistema democrático. Ou seja, de maneira genérica, haveria relação entre o que as pessoas pensam e a constituição da própria sociedade.

Ao unir atitude e comportamento para explicar um fenômeno na sociedade, tal qual a consolidação da democracia, a obra aponta que determinadas características de cultura política podem influenciar a própria constituição social e sendo assim, as próprias instituições.

A pesquisa de Almond e Verba foi realizada em cinco países: Alemanha, Estados Unidos da América (Estados Unidos), Inglaterra, Itália e México. Tendo como base os regimes políticos dos Estados Unidos e da Inglaterra, os autores procuraram identificar padrões de cultura cívica. Para tanto, indicaram três categorias: 1) *orientação cognitiva*, que parte do pressuposto de que as pessoas têm conhecimento e crença no sistema político; 2) *orientação afetiva*, que abrangeria sentimentos acerca do sistema político como um todo; 3) *orientação avaliativa*, que envolveria o julgamento e as opiniões sobre diversos componentes políticos. Estas categorias estariam relacionadas a quatro classes de objetos políticos: a) *sistema em geral*; b) *processos políticos*; c) *processos administrativos*; d) *indivíduo como participante*.

---

<sup>1</sup> Democracia dada como o próprio sistema político norte-americano.

<sup>2</sup> ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

Do cruzamento entre os tipos de orientação e as classes de objetos políticos os autores chegaram à definição de três tipos de cultura política: a) *paroquial*; b) *súdita*; c) *participante*. A partir disto, relacionaram os tipos de sociedade com os tipos de cultura política.

De maneira geral, a análise realizada pelos autores indicam uma relação causal entre cultura paroquial e estrutura política tradicional; cultura súdita e estrutura política autoritária centralizada; e cultura participante e estrutura política democrática. A relação entre o tipo de *cultura* e o tipo de *estrutura*, definida pela predominância de um *padrão* de cultura cívica em determinada população, seria uma das condições necessárias para a existência e estabilidade da democracia.

À primeira vista, a idéia de que a crença influencia a manutenção da democracia parece óbvia, pois aparentemente para que uma instituição continue a existir haveria a necessidade da confiança dos sujeitos que nela vivem. Porém, este debate não é tão simples assim. Esta hipótese, não era usual até então na ciência política, pois o centro explicativo deixaria de ser as instituições políticas e passaria a considerar a população com suas atitudes e ações. Esta pode ser considerada a grande contribuição da obra de Almond e Verba (CASTRO, 2000).

O conceito de Cultura Política tem assim uma estreita relação com o estudo da opinião pública, que embora não se limite a ela, possibilita seu estudo a partir do momento em que interessa aos governantes saber também o que as pessoas pensam. Este interesse não surge com o conceito, mas se diferencia pela forma com que é abordado e pela metodologia utilizada para sua verificação empírica.

Os estudos que seguem a tradição institucionalista da ciência política desconsideram a influência das opiniões das pessoas. No limite, as instituições teriam uma dinâmica interna própria em que as pessoas seriam passivas em seu desenvolvimento. Neste sentido, *The Civic Culture* inova ao colocar os indivíduos em um papel de destaque na consolidação da democracia, pois a crença no sistema democrático seria um dos fatores de manutenção desta enquanto instituição. Em termos gerais, elementos de cultura política influenciariam as instituições, o que eleva a discussão teórica do presente estudo para uma dimensão mais ampla na qual haveria elos entre culturalismo e institucionalismo.

Em 1990, Almond<sup>3</sup> publica uma obra com reflexões sobre a disciplina Ciência Política. O autor ilustra a trajetória dos usos do conceito de cultura política e identifica três fases. A primeira seria a realização de inúmeras pesquisas no fim dos anos 50 e início dos anos 60 enfocando os processos de socialização em vários países a fim de obter uma ligação entre valores e “caráter nacional”.

Com o aprimoramento das Ciências Sociais, sobretudo no que diz respeito à objetividade e neutralidade de técnicas de pesquisa, estes estudos se tornaram arcaicos, mas foram importantes por reagirem ao predomínio da visão reducionista vinda da psicologia e da antropologia na primeira metade do século XX. Neste contexto é publicada a obra *The Civic Culture* que define cultura política e oferece um novo padrão aos estudos sobre o tema.

A segunda fase seria a dos estudos publicados nos anos 60 e 70 que trouxeram variadas críticas ao culturalismo. Este período foi marcado por significativas mudanças políticas no mundo e as críticas à cultura política deram-se, nesta ordem, por meio de correntes de esquerda e de direita.

A corrente de esquerda argumentava que as instituições eram porta-vozes da ideologia capitalista e que os aspectos materiais prevaleciam sobre os valores e atitudes da população. Sendo assim, a classe social determinaria os valores e atitudes daquele grupo por imposição dos mecanismos capitalistas de socialização. Por outro lado, as críticas da corrente de direita utilizavam os instrumentos da economia para confrontar a teoria da cultura política com estudos sobre o mercado e modelos de barganha. Partindo do princípio de que existiriam atores racionais e maximizadores de curto prazo, esta corrente argumentava que os estudos de cultura política eram onerosos e dispensáveis, pois as atitudes e valores seriam motivados pela relação custo/benefício.

Já nos anos 80, os estudos baseados nas correntes de esquerda e direita perderam força e caíram em descrédito. Seria então o início da terceira fase, que foi marcada pelo renascimento da teoria da cultura política com a publicação de inúmeras pesquisas com a utilização de diversas metodologias.

---

<sup>3</sup> ALMOND, Gabriel A. *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*. New York, Sage: 1990.

Esta fase, na qual a referida obra de Almond foi publicada, destaca-se por revigorar os estudos de cultura política marcados pela influência da sociologia europeia - principalmente por Max Weber e seu estudo sobre os tipos de dominação -, pelos estudos de psicologia social, pelos estudos de psico-antropologia e pelo enfoque elitista da análise anglo-americana sobre a democracia.

O autor destaca nesta fase as principais causas de divergência acerca das pesquisas sobre cultura política: a) definições sobre os conteúdos das culturas políticas; b) controvérsias sobre a separação entre cultura política e estrutura política; e c) dúvidas sobre a causalidade nesta relação. Para Rennó (1998), a segunda e a terceira causas de divergência apontadas, estariam mais ligadas do que Almond percebe, pois a definição do tipo e da proporção da relação entre cultura e estrutura política ampliaria a capacidade explicativa da teoria.

A utilização da teoria da cultura política não se limita ao estudo, iniciado por Almond e Verba, da relação desta com o estabelecimento e manutenção da democracia. Vários estudos utilizam-se da referida teoria e do instrumental utilizado para identificar a importância de valores, crenças, conhecimentos e sentimentos na explicação do comportamento político, que vai desde questões de sistemas político a questões de desenvolvimento.

Neste sentido destaca-se, por exemplo, o estudo realizado por Ronald Inglehart, que nos anos 1980 deu início à pesquisa mundial de valores<sup>4</sup> incorporando a teoria da cultura política e seu instrumental para mapear mundialmente, em diferentes épocas, as mudanças culturais de diversos países. Este estudo, além dos objetivos propostos pelo autor, permite uma série de análises sobre atitudes e valores em diversas sociedades. Ao realizar tal feito, Inglehart retoma o diálogo de base acerca do conceito de cultura política.

O *World Values Survey* (WVS) é uma investigação mundial sobre mudanças socioculturais e sobre cultura política em diversas partes do mundo. A cada cinco anos é realizada a aplicação de um questionário que vem sendo pré-testado, adaptado e traduzido para diversos contextos e sociedades. Estas aplicações recebem a designação de *ondas*. Com amostras representativas da população de mais de 80 sociedades em seis continentes, em cada

---

<sup>4</sup> *World Values Survey*.

onda são realizadas entrevistas por meio de um questionário padronizado com uma parte comum a todas às localidades e uma parte variável na qual são inseridas questões específicas adequadas à realidade local. No Brasil, o WVS é coordenado pelo Prof. Henrique Carlos de Oliveira de Castro do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, da Universidade de Brasília (CEPPAC/UnB).

Com a utilização de novas técnicas de coleta e análise dos dados, o WVS possibilita a verificação de fenômenos culturais à época da aplicação e também possibilita o estudo comparativo entre dados de diversas sociedades e permite identificar variações ao longo prazo. Além disto, o WVS é considerada hoje a pesquisa de maior abrangência sobre cultura política.

Em suma, o conceito de cultura política a ser utilizado na presente dissertação segue a tradição iniciada por Almond e Verba em *The Civic Culture*, uma vez que parte do princípio de que as atitudes e comportamentos humanos podem ser conhecidos por intermédio de pesquisa social empírica e que as crenças influenciam, em alguma maneira, o funcionamento das instituições.

## **Políticas Públicas**

O estudo das instituições vem da época da teoria política clássica, mas sua consolidação teórica como vertente de estudo na ciência política contemporânea data dos anos 70 do século XX com a publicação de *Theory of Justice* de Rawls em 1971. Neste primeiro momento, o estudo das instituições estava vinculado à organização legal da sociedade, ou seja, às formas de controle do Estado para o estabelecimento da ordem social (ROTHSTEIN, 1996).

A partir deste senso de que são instituições justas que fazem uma sociedade justa, e não o contrário, se desenvolveu o campo teórico do institucionalismo no qual as instituições têm seu desenvolvimento e sua dinâmica a partir de um movimento interno que no máximo teria influência de outras esferas institucionais. Ou seja, o foco está na estrutura e

na organização social e não nos comportamentos individuais (PETERS, 1996). As instituições são vistas como um campo à parte da realidade social, ou seja, o que acontece na esfera social em termos de interferências individuais não afetam o desenvolvimento das instituições.

Um dos campos de estudo do institucionalismo é o Estado. Não cabe a este estudo lidar com as concepções de Estado, ou com a existência ou não deste. O foco teórico está no chamado “Estado em Ação”<sup>5</sup>. Segundo esta concepção, as políticas públicas fazem parte do mecanismo de funcionamento do Estado e atuam como meio de relação deste com os indivíduos. Não há a pretensão de se aprofundar teoricamente a discussão sobre o conceito e modelos de análise das políticas públicas, mas sim focar nos seus resultados. O que será visto sobre o assunto será abordado como pano de fundo para a ampla discussão que é o institucionalismo.

O campo de estudos específico sobre políticas públicas surge na ciência política em meados dos anos 30 do século XX em meio às restrições de mercado e às mudanças políticas e econômicas ocorridas no mundo ainda em função dos reflexos da segunda guerra mundial.

O surgimento das políticas públicas como campo de análise na ciência política se deu basicamente por três razões: 1) adoção de políticas restritivas de gasto que se tornou prioritária na maioria dos países, principalmente nos em desenvolvimento; 2) emergência de novos entendimentos sobre o papel dos governos, sobretudo a partir dos anos 80 do século XX, sendo um deles as políticas restritivas de gasto nas quais o ajuste fiscal provocou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e limitou a intervenção do Estado nas políticas sociais e na economia principalmente em países com histórico de inflação; 3) muitos países em desenvolvimento ou nos de democracia recente, especialmente os países da América Latina, não conseguiram estabelecer políticas adequadas à promoção da inclusão social e ao impulso para o desenvolvimento econômico. (SOUZA, 2006)

O desenvolvimento da área de estudos sobre as políticas públicas se deu de forma distinta nos Estados Unidos da América (Estados Unidos) e na Europa. Nesta última, o aparecimento da nova linha de pesquisa surge como desdobramento de trabalhos

---

<sup>5</sup> Expressão utilizada por JOBERT & MULLER, 1987.



fundamentados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma de suas instituições mais focadas que é o governo, considerado nesta tradição como produtor de políticas públicas. Já nos Estados Unidos, com tradição de estudos de análise do Estado e suas instituições, passa direto pela teoria do papel do Estado e foca a análise no estudo sobre a ação do governo.

Segundo Souza (2006), o estudo sobre políticas públicas surge como subárea da ciência política e amplia para três as vertentes que estudam o “mundo público” na ciência política norte-americana: 1) foca o estudo nas instituições por considera-las fundamentais para limitar a tirania e as paixões humanas; 2) estuda as organizações locais procurando identificar a “virtude cívica” que promove o “bom governo”; 3) o estudo das políticas públicas se consolida como área da ciência política para compreender o por quê de os governos optarem por determinadas ações.

Os autores que iniciaram os estudos sobre as políticas públicas nos Estados Unidos, Laswell (1936), Simon (1957), Lindblom (1959; 1979) e Easton (1965) contribuíram com o desenvolvimento do campo acrescentando questões de observação que seriam plausíveis e necessárias às pesquisas na área. Por exemplo, Lindblom propôs a incorporação de outras variáveis, como integração entre os processos decisórios, na formulação e análise das políticas públicas. Para este estudo a contribuição mais interessante é a de Easton, que segundo Souza:

*Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, **como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente**. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. (SOUZA, 2006: 24) (grifo meu)*

As diferentes formas de conceituar o que é a política pública vão desde a visão de que se trata do estudo do governo à luz de questões públicas à forma de solucionar problemas sociais. Neste sentido, a observação sempre é tangida pelo governo, seja em suas ações, seja em suas relações políticas.

De acordo com Sousa (2006:25), esta forma de análise remete à perspectiva de que indivíduos, instituições, política e grupos de interesse interferem em maior ou menor grau

a política pública. Justamente por isto não há uma teoria geral da política pública, pois seu estudo envolve campos multidisciplinares, onde são utilizadas conceituações vindas da sociologia, da economia e da ciência política: “As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”.

Assim, a autora apresenta política pública como um campo de conhecimento que busca colocar o “governo em ação”, analisar esta ação e propor mudanças na trajetória dessas ações quando necessário. Nesta linha, afirma que:

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais **em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.** (SOUZA, 2006:26) (grifo meu)

Souza apresenta sete modelos de formulação e análise de políticas públicas que são: a) Incrementismo; b) O ciclo da política pública; c) Modelo “garbage can”; d) Coalizão de defesa; e) Arenas sociais; f) modelo do “equilíbrio interrompido”; g) modelos influenciados pelo “novo gerencialismo público” e pelo ajuste fiscal. Este último traz o novo componente para o estudo das políticas públicas que é a eficiência. Esta eficiência estaria ligada não só ao alcance dos objetivos da política, mas a uma visão de que as políticas públicas devem ser pensadas e executadas por instituições livres de influência político-partidária e de interesses escusos já que devem ser pensadas como mecanismo de atuação que gera efeitos em longo prazo e que devem manter sua continuidade e coerência.

Alguns modelos como por exemplo, “Coalizão de Defesa” e “Arenas Sociais” incluem na análise aspectos relacionados à crença, valores e idéias, porém, estes são considerados com influentes no ato de construção e na tomada de decisão dos formuladores e não do ponto de vista dos valores e crenças do público alvo das políticas.

A partir da visão de Easton (1965) de que a política pública é um sistema no qual há relação entre formulação, resultados e ambiente; e da análise de Sousa (2006) de que a formulação de políticas públicas é um estágio dos governos no qual estes transformam suas

intenções em programas e ações para produção de resultados e mudanças na vida real, pode-se chegar à linha de estudos do “Estado em Ação”.

Neste sentido, trata-se de olhar as políticas públicas como resultados de relações sociais nas quais o Estado é o lugar do conjunto social onde essas relações se condensam e produzem resultados destinados a afetar indivíduos, grupos e instituições (WALTER, 2005). Ou seja, as políticas públicas são, em larga medida, resultados das necessidades sociais e são formuladas e executadas a partir de motivações e interesses políticos e justamente por isto não são naturais, mas sim uma construção social.

Paradoxalmente, os estudos de políticas públicas não consideram a existência dos aspectos culturais, mesmo que seja consensual e mesmo intuitiva a sua necessidade. Provavelmente isso se deva à forte influência do funcionalismo na origem deste campo de conhecimento, sendo a sociedade tão-somente o ambiente no qual os *inputs* e os *outputs* dialogariam.

### **Existiria uma falta de diálogo entre as vertentes?**

Pensando em um nível mais alto de abstração, a relação entre cultura política e políticas públicas é um caso particular de relação entre cultura e política. Assim, do ponto de vista teórico, trata-se de discutir, de fato, a relação entre dois campos da ciência política: o culturalismo e o institucionalismo.

Diante da inferência de que há relação entre culturalismo e institucionalismo vários estudos vêm sendo realizados abordando as possibilidades desta relação, como por exemplo o dos autores: Pateman (1971); Johnson (1976); Page & Shapiro (1983); Bartels (1991); Shapiro & Young (1989); Huber & Powell Jr. (1994); Burstein (1998); Young & Meijaard (2002); Eaton (2003); Steensland (2006); Sass (2006).

Várias relações são pensadas: influência da cultura política no estabelecimento ou manutenção da democracia, influência da opinião pública na política e, de forma ampla, entre a opinião dos atores e as políticas públicas. Pareceria óbvio dizer que as crenças, os

valores e as opiniões pessoais influenciariam determinada política, porém este debate que flui com liberdade na antropologia e na sociologia encontra suas barreiras nas discussões conceituais da ciência política.

Cientistas políticos norte-americanos criticam outros cientistas sociais, como sociólogos e antropólogos, principalmente em relação à metodologia pesquisa e técnicas de investigação utilizadas<sup>6</sup>.

Uma das críticas é feita por Sass (2006) que argumenta que as teorias da democracia têm um projeto político multicultural. Muitas escolas com variadas experiências culturais, desenvolvem teorias e colocam-nas à prova para examinar como deliberações podem ajudar a resolver conflitos de cultura.

De acordo com o autor é até surpreendente que poucas escolas levem em consideração como a cultura pode influenciar as deliberações. Assim o autor destaca o trabalho de Diego Gambetta no qual há o argumento de que se a crença no conhecimento afeta uma via das deliberações e se os índices de confiança no conhecimento promovem um debate machista, o discurso machista afetará as deliberações públicas nos países onde os índices de confiança são comuns.

Sass concorda que a cultura influencia as deliberações, mas diz que a metodologia utilizada por Gambetta traz pouca evidência desta influência e tira as esperanças dos pesquisadores de entenderem como a cultura influencia as deliberações em contextos particulares.

Sass e Gambetta trabalham com o conceito de cultura, não de cultura política. Porém, pode-se traçar um paralelo. Se a cultura em longo prazo influencia as deliberações, se o foco fosse especificamente nas opiniões dos atores envolvidos poder-se-ia verificar se há relação entre o que as pessoas pensam e a ação efetiva do Estado. Porém, como considerar o impacto da opinião pública nas políticas públicas?

---

<sup>6</sup> Cabe lembrar que a ciência política norte-americana tradicionalmente faz uso de metodologia quantitativa.

Burstein (1998) parte do princípio de que a opinião pública é o conjunto das opiniões manifestas da população sobre política. A hipótese central em sua argumentação é a de que a opinião pública tem impacto substantivo nas políticas públicas.

Analisando a democracia como forma de compreensão da sociedade, o autor argumenta que a força da democracia representativa vem sendo atribuída sob a crença que as pessoas de um país ganharam o direito ao voto, liberdade de expressão, de fala, de associação e que por isso elas podem influenciar em seus governos. O governo então daria atenção à opinião da população. A luta pela democracia daria força à crença de que as instituições democráticas dão aos cidadãos poder considerável sobre seu governo. Segundo Burstein, se este argumento for correto, ele é a questão chave no estudo sobre políticas democráticas.

Para o autor, esta questão é negligenciada pelos sociólogos que examinam os determinantes das políticas públicas, pois não citam as teorias da democracia correspondentes e não estimam (ou avaliam) o impacto da opinião pública. Esta “negligência” é identificada por Burstein como problemática por duas razões: 1) Há evidências de que a opinião pública influencia fortemente as políticas públicas; e 2) Há razões para crer que adicionar opinião pública nas análises sociológicas sobre mudança política pode minar algumas conclusões sobre a influência de outros fatores.

Burstein afirma que os sociólogos há muito se interessam: a) pelo peso da democracia contra as elites tradicionais, autoritarismo moderno e regimes totalitários; b) por muitos aspectos da democracia política, como por exemplo, o desenho dado pela divisão social às políticas eleitorais; c) distribuição de poder; d) impacto social do poder dos movimentos sociais organizados; e) efeito da democracia governamental na distribuição de renda; dentre outros.

Partindo do questionamento de como o assunto da receptividade governamental é direcionado, o autor realizou um estudo com 49 artigos científicos publicados em seis periódicos sociológicos, nomeado “*sociologists’ work on policy*”<sup>7</sup>. Muitas destas publicações analisavam os fatores que afetariam as políticas de bem-estar social nos Estados Unidos da América (Estados Unidos), parte focava em diferentes políticas e outras em diferentes países. Dos 49 artigos analisados apenas três incluíram a mensuração do

---

<sup>7</sup> *O trabalho dos sociólogos em políticas públicas*. Tradução livre.

impacto da opinião pública no estudo dos determinantes das políticas públicas e chegaram à conclusão de que há impacto significativo.

Os autores estudados por Burstein ou utilizam os princípios de teorias democráticas já existentes ou desenvolvem suas próprias teorias como base para o argumento sobre o impacto do público nas políticas públicas. Porém, mesmo os autores que se baseiam nas teorias já existentes podem falhar ao apresentar um argumento teórico a respeito do questionamento se o público pode afetar as políticas públicas.

As críticas aos sociólogos são as de que estes raramente desenvolvem argumentos teóricos sobre a receptividade do governo ao público e a de que algumas vezes, na pesquisa sociológica, a conexão entre teoria e dados não é bem articulada. Segundo o autor, os sociólogos sabem que se incluíssem a opinião pública em suas análises poderiam perder o incentivo porque pesquisas passadas mostraram que há pouco ou nenhum impacto nesta relação.

A visão dominante entre os achados da teoria democrática é a chamada representação dinâmica, na qual os atores políticos são alertados dos movimentos na opinião pública e ajustam seu comportamento de acordo com esta. Assim, se o público influencia as políticas públicas, a mudança na opinião pública pode ser seguida por uma mudança nas políticas públicas na mesma direção. Teoricamente isto seria especialmente desejável se os argumentos forem importantes a grande parte do público e a mudança for ampla e clara. (BURSTEIN, 1998:36)

Page & Shapiro (1983) apresentam um trabalho de pesquisa realizado nos Estados Unidos da América o qual se propôs analisar dados de políticas públicas e de opinião pública a fim de demonstrar que existe congruência entre ambos. Os autores expõem o termo “congruência” como a expressão de que existe uma relação lógica entre a e mudança de opinião e o direcionamento da política.

Os autores mostram outros estudos que tentam exprimir a relação entre opinião pública e políticas públicas. Porém, nenhuma delas não consegue trabalhar concretamente a questão. Muitos pesquisadores procuram definir se as congruências entre política pública e opinião se devem à representação, o que quer dizer que se muda a política porque seus representados também mudam, sendo também verdadeira a lógica inversa. Segundo os

autores, o problema desta metodologia é a pesquisa a partir da representação, ou seja, ocupa-se com o comportamento do indivíduo e não se consegue explicar a compreensão do sistema como um todo.

Assim, seria um processo intrincado medir a políticas públicas criando uma inferência causal. Seria também problemático definir se a correspondência entre opinião pública e políticas públicas vem de uma compreensão democrática, da liderança ou da manipulação da opinião ou de uma combinação de todos.

Ao utilizar estudos de nível macro, com foco nas mudanças de opinião, os autores analisaram se as políticas de governo seriam congruentes aos períodos de mudança de opinião e deste modo descobrir a estrutura causal da relação entre opinião pública e políticas públicas. Entre os anos de 1935 a 1979 ocorreram 357 importantes mudanças de opinião. Após este levantamento, os autores compararam as políticas públicas que foram criadas nesses períodos para então definir as congruências entre os dois conceitos.

O estudo demonstrou que efetivamente existe certa congruência entre políticas públicas e opinião pública. Também se mostrou que políticas públicas tendem a ir na mesma direção da opinião e que a opinião não necessariamente segue na mesma direção da política. Sobre os tipos de política, interna ou externa, estes possuiriam o mesmo nível de congruência. No caso das políticas social ou econômica, a primeira mostrou ser mais congruente. Dessa forma, mudanças em políticas sociais para “massa” tenderiam à geração de mais reações do que uma política econômica. Dentre as instituições os governos locais têm maior congruência. Ideologicamente, reformas liberais são mais congruentes, apesar disso, o estudo insinua que essas políticas não chegam a ser tão liberais como as pessoas querem.

O estudo indica que as mudanças de opinião tendem a motivar alterações em políticas públicas. A opinião pública pode ser afetada pelas políticas de três maneiras: racionalização; “accountability”; persuasão. Na primeira a opinião muda porque racionalmente se vê os resultados de certa política. No segundo, existe um processo no qual a opinião sanciona as políticas que não foram satisfatórias pelo voto, ou seja, não votando nelas novamente. O terceiro explica o caso de controle da opinião pública. Porém, saber o grau de congruência entre políticas públicas e opinião pública não ajuda muito a distinguir qual o caso.

Quanto à estrutura causal, a metade das situações indica as políticas públicas como motivo da mudança da opinião e também o contrário. Porém, existem outros estímulos fora dessa relação, como por exemplo, os grandes eventos mundiais, grupos de interesse e conflitos internacionais. Estes agentes mudaram a opinião, mas não vieram de políticas de governo.

Para os autores a opinião tende a mudar as políticas mais do que as políticas às opiniões. Portanto as mudanças de opinião são importantes causas de mudanças nas políticas. Desta forma, se a opinião mudar é provável que a política também mude. O que os autores dizem com certa confiança é que a opinião pública, sem importar da onde ela vem, afeta o rumo das políticas nos Estados Unidos.

Steenland (2006) procura explicar a existência de uma relação entre sistemas de valores culturais e a ideologia do Estado de Bem-Estar americano. Afirma que a influência das categorias de valores no desenvolvimento de políticas de *welfare state* foi rejeitada por diversos pesquisadores. Assim, o autor visa revalidar os valores culturais como agente influenciador no processo de formulação da ideologia política americana.

Neste sentido, esta argumentação explicaria os principais acontecimentos políticos nos Estados Unidos, especialmente ao que se refere às garantias de acesso político. Esta política consistiu em garantir um mínimo de recursos anuais para certos grupos, em certa medida, desfavorecidos. Apesar desta proposta ter sido negada, ela seria uma fonte de estudos fundamental para evidenciar os mecanismos culturais que influenciariam a política.

De acordo com Steenland, a cultura influencia a política de três formas: 1) Esquemática, na qual a cultura contribui para a criação de esquemas coletivos de valores; 2) Discursiva, na qual há recurso cultural de deliberação privada e pública e; 3) Institucional, na qual se estabeleceriam programas sociais que reforçam os limites nas categorias de pessoas que necessitariam do auxílio.

A partir do elenco destas formas, o autor apresenta algumas vertentes de explicação teórica: Cultura e Cognição, Cultura e interesses, Cultura e Instituições e Discurso Público e Opinião Pública.

Ao falar da relação entre Cultura e Cognição, o autor afirma que a cultura obriga o desenvolvimento de políticas, já que ela é estruturada por percepções cognitivas e



pressupostos normativos. Este tipo de influência, chamada de *influência esquemática*, não depende de outros grupos ou instituições, mas sim interage com elas. Portanto, esta característica teve um rol fundamental na proposta da política de ingressos garantidos, já que a cultura definiria quem necessitaria desta ajuda. Na ocasião, o então presidente Nixon não tinha como alvo o mesmo tipo de “pobre” que as categorias de valores supunham, o que poderia atrapalhar a implementação da política.

Na relação entre Cultura e Interesses foi destacado que os esquemas de valores fornecidos pela cultura afetariam os interesses dos atores político. Com o surgimento de novas concepções sobre pobreza na década dos 60, o desenho daquela política deveria se mostrar superior às novas concepções resultando então no enfraquecimento dos esquemas de valores. Devido a isto, vários grupos de negócios se aliaram a Nixon, que seria um acontecimento fundamental naquela política. Com esse apoio, Nixon se viu em posição vantajosa.

O autor afirma que na relação entre Cultura e Instituições o mecanismo que limita a expansão de uma política é frequentemente baseada em perspectivas culturais daqueles no poder. Isto quer dizer que até as instituições políticas se baseiam em noções culturais para implementar as suas políticas. O autor explica ainda que ambos devem ser vistos como mutuamente influenciados, pois existiriam vários programas que institucionalizaram definições culturais de valores.

Sobre a afinidade existente entre o Discurso Público e a Opinião Pública o autor afirma que haveria relação entre discurso político e sentimento popular. Para ele, o então presidente Nixon fez seu discurso baseado em noções culturais e esse discurso impactou a opinião pública. No sentido oposto, a opinião pública delimitou o discurso político. Os conselheiros de Nixon recomendaram que o presidente estabelecesse seus argumentos com base no que as pessoas queriam ouvir e isto o ajudou a reformar sua proposta fazendo-a mais aceitável.

Existem vários indícios da relação entre cultura e políticas públicas. Porém, ainda não foram construídos mecanismos que tornem tangíveis esta observação. Por isto seria necessária a integração entre disciplinas das ciências sociais, pois a utilização de instrumentais teórico-metodológicos já amplamente reconhecidos em estudos de cultura política, como pesquisas de tipo *survey* e comparativa entre países, parece suprir a necessidade de refinamento metodológico apontado por Burstein (1998).

Por outro lado, a utilização do referencial cultural proporcionado pelos estudos sociológicos e antropológicos, contribui para a ampliação do debate em torno dos fatores que influenciam as políticas públicas. Esta discussão se torna urgente para América Latina, pois desde o Consenso de Washington a ação do Estado vem sendo pautada segundo modelos internacionais de implementação de políticas públicas sem levar em consideração fatores que vão além de aspectos demográficos e econômicos.

Se existem evidências da relação entre o que as pessoas pensam e seus efeitos sobre as políticas públicas, por que o tema não é tratado pela academia? A resposta a esta pergunta não é simples e tampouco fácil. Mesmo não sendo objetivo da presente dissertação realizar uma sociologia das Ciências Sociais, cabe ao menos formular algumas hipóteses explicativas.

Uma primeira hipótese pode ser encontrada na própria história das Ciências Sociais. Estudos que relacionem tradições diferentes de uma disciplina ou, mais do que isso, necessitem estudos que vão além dos limites disciplinares vão na contramão da história da formação e consolidação das Ciências Sociais. Com efeito, durante o século XX, quando houve a formação e institucionalização das Ciências Sociais na Academia em nível internacional, as disciplinas precisaram se diferenciar e constituir os seus *loci* de atuação.

O processo de formação e afirmação das disciplinas foi fundamental para a própria existência das Ciências Sociais como campo de conhecimento formal e autônomo, mas trouxe como subproduto a falta de diálogo entre as próprias disciplinas. Isso resultou em especialização temática e epistemológica, com a consequente dificuldade de tratar teórica e empiricamente temas que estão nas “fronteiras disciplinares”, utilizando as palavras de Roberto Cardoso de Oliveira (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006). Assim, a interdisciplinaridade tão almejada e defendida no meio acadêmico ainda está em processo de construção, sendo um desafio necessário para que se possa efetivamente permitir um diálogo mais fluido entre a cultura política e as políticas públicas.

Outra hipótese explicativa da relativamente pequena ou quase inexistente produção que trate simultaneamente de cultura política e políticas públicas é a tradição das Ciências Sociais de menosprezar estudos aplicados ou que tenham como objetivo a solução de problemas sociais. Talvez o crescimento relativamente menor de pesquisas sociais aplicadas dentro do vasto campo das Ciências Sociais se deva também à necessidade de auto-afirmação

frente às demais áreas do conhecimento científico, em um século em que o paradigma científico dominante teve como referência a Física. Desta forma, ao postular um espaço próprio, as Ciências Sociais se afastaram gradativamente de estudos que visassem à aplicação direta dos resultados, no afã de conseguir o reconhecimento entre as demais áreas do conhecimento. De fato, as Ciências Sociais como campo científico possuem hoje em dia autonomia e força, mas paradoxalmente à custa de ver diminuído o seu espaço na proposição de soluções para problemas sociais.

Na América Latina, talvez pela forte influência ibérica na nossa formação social, que valoriza o discurso bacharelesco e cientificista, os nossos cientistas sociais ainda mais preferem se dedicar unicamente a estudos monográficos e teóricos, dando menor atenção a pesquisas que visem à resolução de questões objetivas ou à proposição de intervenções na realidade social. Desta forma, pesquisas sociais aplicadas, como aquelas que considerem a influência da cultura política no sucesso ou insucesso de políticas públicas sociais, são consideradas de menor importância nos circuitos acadêmicos das Ciências Sociais.

Assim, há a necessidade de aprofundamento do debate sobre as relações existentes entre cultura política e políticas públicas. Este é o objetivo do próximo capítulo da dissertação.

## II. IMBRICAÇÕES ENTRE CULTURA POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Para iniciar a discussão sobre as imbricações existentes entre cultura política e políticas públicas é necessário resgatar uma questão fundamental nas disciplinas de ciências sociais: a cultura importa? Em linhas gerais, os valores dos indivíduos exercem alguma influência sobre os processos sociais?

### **A Cultura importa?**

Muitos cientistas sociais consideram que esta é uma questão resolvida, pois pesquisas antropológicas, políticas, sociológicas e históricas há décadas apontam para a importância da cultura como variável explicativa do desenvolvimento das sociedades. E esta visão aparenta ser consensual dentro de diversos círculos acadêmicos, porém em outros este assunto é não é prioritário e muitas vezes é pouco considerado. Tomemos como exemplo os estudos de políticas públicas, que fazem parte de uma corrente majoritária não só no debate acadêmico, mas também nos reflexos deste sobre a sociedade.

Os estudos que apontam a importância da cultura como variável explicativa nos processos sociais<sup>8</sup> tiveram seu auge nos anos 40 e 50 do século XX. Nos anos 60 e 70 do mesmo século, período em que boa parte da América do Sul estava sob regime militar, os estudos sociais estavam centrados em explicações econômicas e políticas. Nos anos 80, as pesquisas voltaram a incorporar os aspectos culturais em suas análises, porém sem grande capacidade explicativa do relacionamento destes com as alterações nos processos sociais.

Diante das mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas nos últimos 20 anos do século XX, renasce a discussão acerca da importância e da relevância da cultura como fator explicativo para o desenvolvimento, a modernização, os sistemas políticos, as

---

<sup>8</sup> Estudos realizados sobretudo na América e na Europa.

alianças e os antagonismos entre países. E dentro de cada disciplina das Ciências Sociais, a inserção desta argumentação na pauta de discussões se deu de forma distinta, sendo trabalhada teórica e metodologicamente de maneira diferenciada na antropologia, na ciência política e na sociologia.

Em 2000, Lawrence Harrison e Samuel Huntington lançaram a obra *A cultura importa. Os valores que definem o progresso humano*<sup>9</sup>. Trata-se da organização de uma série de textos de outros autores sobre o papel e o significado da cultura em diversas linhas de análise, como por exemplo, desenvolvimento econômico e político, gênero, minorias e crises.

A obra faz parte de um projeto liderado pelos autores intitulado *Valores Culturais e Progresso Humano*. Segundo estes, “O produto final da pesquisa seriam orientações para mudanças de valores e atitudes, incluindo iniciativas práticas, para a promoção de valores e atitudes progressistas”. (HARRISON & HUNTINGTON, 2002: 35)

Cultura é definida pelos autores como “os valores, as atitudes, as crenças, as orientações e os pressupostos subjacentes que predominam entre os membros de uma sociedade.” (2002: 13)

Trabalhando com esta definição, os autores traçaram os objetivos do programa de pesquisa:

1. *Uma tipologia de valores/atitudes (...).*
2. *Relações entre Cultura e Desenvolvimento (...).*
3. *Relações entre Valores/Atitudes, Políticas e Instituições. Os objetivos são: (1) Avaliar até que ponto políticas e instituições refletem valores e atitudes como afirmam Tocqueville e Daniel Etounga-Manguelle; (2) Compreender melhor o que tem maior probabilidade de ocorrer quando valores e atitudes não são compatíveis com políticas e instituições; e (3) estabelecer até que ponto políticas e instituições podem mudar valores e atitudes.*
4. *Transmissão Cultural (...).*
5. *Medição de valores / atitudes (...).*
6. *Avaliar iniciativas de mudanças culturais já em andamento (...)*  
(HARRISON & HUNTINGTON, 2002: 35-36)

---

<sup>9</sup> HARRISON, Lawrence E. & HUNTINGTON, Samuel P. (orgs) *A cultura importa. Os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Deste destaque, observar-se-á com mais detalhe o ponto três que analisa as relações entre valores/attitudes, políticas e instituições. Os objetivos 1 e 2 estão em consonância com as argumentações deste trabalho. Ou seja, se há nas instituições um reflexo de valores e attitudes da população, como avaliar esta relação? Se as instituições são compatíveis com os valores e as attitudes, isto determinaria, por exemplo, o sucesso ou insucesso de políticas públicas?

Harrison e Huntington trabalham com formas diferentes de conceituação de cultura e também de attitudes do que é proposto neste estudo. Cultura seria um conjunto de valores e attitudes comuns a maior parte da sociedade. Consideram como attitudes características passageiras, que são passíveis a mudanças em curto prazo. As definições são contrárias ao que aqui é considerado, pois dentro da tradição de análises comportamentais, que tem herança na psicologia social, attitudes são características perenes. O comportamento é que possui a volatilidade tratada pelos autores.

Ao apresentar como certa a influência de valores/attitudes, sendo como obstáculo ou como incentivo, os autores deram um grande passo para a discussão da influência da Cultura sobre o desenvolvimento e conseqüentemente sobre as instituições e reacenderam o debate.

Porém, há na pesquisa apresentada pelos autores a visão etnocêntrica de que há um padrão, um modelo de cultura a ser seguido. O progresso é visto de forma ocidentalista e capitalista. “orientações para mudanças de valores e attitudes, incluindo iniciativas práticas” (p.35) soa mais como uma nova roupagem para imposição de determinada cultura, de uma visão extremista e fundamentalista de mundo, do que de conservação do padrão cultural com “ajustes” necessários nas políticas para o pleno desenvolvimento e conservação dos elos sociais.

O objetivo deste trabalho é justamente outro. É mostrar que uma vez que exista alguma influência de fatores culturais, de fatores de Cultura Política como, por exemplo, valores, crenças e opinião, esta deve ser considerada para que haja eficácia nas instituições, aqui representadas pelas políticas públicas.

Ou seja, uma sociedade com instituições que “conheçam” seu público, que “saibam” quem são seus componentes diretamente afetados tem mais condições de

estabelecer a médio e a longo prazos ações que alcancem efetivamente os objetivos propostos e seja eficaz para a resolução de questões sociais necessárias para aquele meio social ou para a manutenção de determinada ação do Estado, visto que as políticas públicas não têm cunho apenas compensatório.

Os autores argumentam que valores e atitudes culturais como obstáculos ou incentivos ao progresso têm sido amplamente ignorados por governos e organismos de ajuda. Neste ponto de vista, o Estado tem sérias dificuldades em lidar com as rápidas transformações que acompanham o desenvolvimento.

### **O Estado em Ação**

Uma análise possível seria tratar as diversas críticas elaboradas por Francis Fukuyama (2005) sobre o escopo de ação e a força do Estado. Ou seja, os atuais Estados seriam gigantes com um grande escopo e por isso são fracos e falhos. Evitar-se-á este tipo de argumentação pois a mesma se trata, ainda, de uma análise que procura lidar com a proposta neoliberal colocada pelo Estado. O que se pretende trazer à discussão é a dificuldade do Estado de agir em conformidade com sua sociedade. Ou seja, compreender o público-alvo de suas ações para que as mesmas sejam mais efetivas e eficazes.

De maneira genérica, pode-se dizer que, para o Estado, a cultura não importa. Para perceber isto basta uma breve análise sobre a composição da agenda de formulação e implementação de políticas públicas. Obviamente, nos manuais de políticas públicas estão contidas as diretrizes sobre a observação dos dados demográficos para a definição do público alvo. Porém, em que fase está presente a sociedade e seus indivíduos, com suas preferências, seus interesses, seus valores? Tal argumento se encaixa no fenômeno conhecido como verticalização das políticas públicas.

A padronização de políticas públicas compensatórias na América Latina é resultante da construção de um consenso político formado a partir das políticas de estabilização econômica conhecidas como políticas neoliberais. Ou, dito de outra maneira,

haveria uma tendência à uniformização na implementação das políticas e propostas de cooperação, uma vez que os países estariam adotando as recomendações elaboradas pela agenda política e econômica das agências internacionais. (CASTRO & SCHMIDT, 2000)

A tendência à uniformização das políticas pode ser considerada segundo a tese defendida por Chang (2004) de que os países desenvolvidos estariam “chutando a escada” pela qual ascenderam ao topo, sugerindo políticas e instituições aos países em desenvolvimento que eles próprios – os países mais ricos – não adotaram em sua fase de acentuado desenvolvimento econômico e industrial, que se deu no século XIX.

O fato é que, segundo o autor, os países desenvolvidos enriqueceram adotando políticas e instituições opostas às que recomendam. Os países em desenvolvimento parecem estar sob enorme pressão das nações desenvolvidas e do *establishment* internacional (FMI, Banco Mundial) para adotarem “boas políticas” e “boas instituições”.

Chang (2004) argumenta que quase todos os países desenvolvidos protegeram a indústria nascente com políticas ativistas para proteger a indústria nacional. Na mesma linha, a Grã Bretanha foi usuária agressiva e pioneira de políticas intervencionistas de proteção à economia interna e os Estados Unidos impuseram altas taxas de importação de manufaturados. A França se desenvolveu com políticas intervencionistas tomadas a partir da Segunda Guerra Mundial. Alemanha, Suécia e Japão também utilizaram, em períodos diferentes, estratégias protecionistas.

Atualmente, os países em desenvolvimento contam com maior número e mais eficazes instituições do que os países atualmente desenvolvidos quando da fase de industrialização. Porém, as políticas e instituições dos países desenvolvidos, em fase de acelerada industrialização e consolidação econômica, diferem radicalmente das que se supõe que eles utilizaram e mais ainda das que recomendam aos países em desenvolvimento.

A maioria das instituições recomendadas aos países em desenvolvimento como forma de “boa governança” produz muito mais resultados, não causas, do desenvolvimento dos países ricos. Isto significa que os países desenvolvidos, e o *establishment* de políticas internacionais que eles controlam, estão recomendando políticas que os beneficiam, mas não os países em desenvolvimento.



Além disto, há uma tendência mundial de polarização entre ricos e pobres, o que amplia o abismo social e as relações desiguais entre os países. Segundo Quijano (2002), o fenômeno do poder está associado à dominação, à exploração e ao conflito. Esta polarização contribui para a dominação dos países pobres e para a manutenção da exploração social, principalmente no que se refere ao trabalho. Para o autor, uma descolonização seria necessária para que houvesse uma revolução social profunda capaz de romper a estrutura de dominação.

Para Quijano (2002:15) a democracia no mundo atual representa “um sistema de negociação institucionalizada dos limites, das condições e das modalidades de exploração e de dominação, cuja figura institucional emblemática é a cidadania e cujo marco institucional moderno é o moderno Estado-nação”. Dos limites da cidadania dependeriam as negociações dos limites e das modalidades de exploração, o que resultaria na democracia no atual padrão de poder. Sendo assim, a globalização representaria uma forma perversa de polarização social e de reconcentração do controle do poder nas mãos de uma minoria.

Um ponto de vista sobre a democracia é a de que ela reforça o processo de dominação, pois determina muitos processos sociais. Assim também ocorre com a formulação das políticas públicas na América Latina, que tendem a uma uniformização que pode ser considerada em função da agenda política e econômica das agências internacionais que estabelecem um padrão de cooperação cujas recomendações são seguidas pela maioria dos países em desenvolvimento.

Uma das principais características do que tem sido chamado de modelo tradicional de cooperação técnica internacional é a assimetria na relação entre doador e receptor de cooperação. Essa assimetria ou verticalidade é expressa em uma tendência do doador em deter uma autonomia quase completa, em relação ao receptor, sobre a definição do conteúdo e desenho do projeto de cooperação.

Essa verticalidade vem sofrendo severas críticas, oriundas inclusive dos próprios organismos internacionais. Embora não exista um consenso sobre um novo modelo de cooperação, espera-se que esse contemple uma maior simetria entre as partes envolvidas, suscitando processos mais dialógicos, mais democráticos. No entanto, apesar das críticas, a assimetria ou verticalidade persiste como característica marcante nas relações de cooperação internacional entre organismos internacionais e diferentes países. (SILVESTRE, 2007)

Assim, para discussão da hipótese os aportes teóricos fornecidos por Gramsci, sobretudo seus conceitos de intelectual orgânico e hegemonia, são fundamentais.

Segundo Gramsci (1989) “cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não somente no setor econômico, mas também nos setores social e político...” e que essas camadas intelectuais não surgem de forma abstrata, mas sim de relações concretas dentro do processo histórico de produção social.

Os estudos de Gramsci da sociedade civil e da hegemonia assinalam a importância da dimensão cultural e ideológica (PORTELLI, 1977). De acordo com Castro (1998), “o conceito de hegemonia, elaborado a partir de Marx, possui uma relação dialética com o conceito de dominação, na medida em que a função de liderança econômica social, intelectual e moral da(s) classe (s) (ou frações de classe) hegemônica (s) (dominantes) forma ou constitui um consenso (a partir dos valores dessas classes) que é, na visão de Gramsci, um modo de dominação mais eficaz que a coerção”.

Especificamente no Brasil, a cooperação internacional tem aumentado sua relevância e alcançado diferentes setores (economia, educação, saúde etc). Além desses intercâmbios comuns a todos os países, a maior parte dos países da região das Américas também participa de cooperação internacional na qual distintos países ou organizações destinam recursos para complementar os esforços nacionais em diversas áreas. Em alguns casos o volume da cooperação internacional pode constituir-se numa proporção importante do total de recursos do setor.

Em outros casos, ainda que a quantidade de recursos não seja tão grande, a cooperação externa exerce uma grande influência na tomada de decisões setoriais. Embora nem todas as políticas públicas sejam frutos de cooperação internacional, a lógica por trás da idealização e da implementação destas é a mesma das propostas de cooperação internacional.

Mattos (2000), ao estudar o panorama de oferta de políticas de saúde pelo Banco Mundial, faz várias referências ao verticalismo característico dos processos chamados de ajuda internacional. Nesse estudo o autor localiza uma comunidade internacional de ajuda

aos países em desenvolvimento a qual se relaciona com esses países por diferentes vias, por exemplo, empréstimos financeiros, cooperação e assistência técnica.

O autor identifica que tem havido uma significativa mudança na atuação dos organismos internacionais com um deslocamento das ações estritamente de financiamento para a uma atuação voltada à elaboração e oferta de recomendações políticas aos diversos países, o que o autor caracteriza como “oferta de idéias”. Ao identificar essa mudança no perfil de atuação das agências internacionais também observa uma alteração na forma de elaboração dessa oferta de idéias.

Esta discussão pode ser verificada, por exemplo, nas políticas públicas para a juventude na América Latina. Nos anos 80, o Chile lançou-se como pioneiro nas políticas de desenvolvimento com o programa *Chile Joven* – cujo financiamento foi pago em parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – e a partir de então, o mesmo padrão de programas direcionados aos jovens foi adotado em diversos países latino-americanos.

Mattos (2000) observa que até a década de 1970 as sugestões de políticas emanadas das agências internacionais, surgiam de amplos debates com representantes dos diferentes países. No final dos anos 1980, essa forma ampliada<sup>10</sup> de construção das propostas e sugestões de políticas rompeu-se. Passou-se a privilegiar a disseminação, por meio de indução (através de empréstimos condicionados à adoção de certas políticas), de idéias produzidas no âmbito restrito de algumas agências e principais governos do mundo.

Na década de 1990, percebe-se uma retomada do diálogo em duas direções: a) entre as agências que compõem a comunidade internacional b) entre a agência e cada governo, em particular. No entanto, essa “retomada do diálogo” se fez com a persistência da assimetria que já vinha desde a década de 1980. Ou seja, as sugestões de quais as políticas mais adequadas aos países em desenvolvimento passam a ser elaboradas no âmbito das agências internacionais e o diálogo com cada governo visa obter a adesão às sugestões já elaboradas.

---

<sup>10</sup> Mattos caracteriza essa forma de elaboração de propostas como dialógica e democrática.

Desta forma, haveria uma tendência à uniformização na implementação das políticas e propostas de cooperação, uma vez que os países estariam adotando as recomendações elaboradas pelas agências internacionais.

Castro & Schmidt (2000), em seu artigo *Globalização e Política Social*, quando discutem os condicionamentos que estão acima das determinações dos Estados, ressaltam que essa tendência à padronização das políticas públicas no plano internacional, é uma das características da globalização. Essa visão é também assumida por Gosovic (2001) ao destacar que uma das características principais da globalização é a conformação de uma “hegemonia intelectual global”.

Mattos (2000), também reforça essa visão quando avalia que o debate em torno de sugestões de políticas no âmbito da comunidade internacional pode ser analisado à luz da dinâmica de cooperação/competição que essas instituições mantêm entre si.

Segundo o autor, uma vez ocorrendo a produção de um consenso a respeito das políticas que os governos devem adotar, é possível que os recursos fiquem restritamente acessíveis aos países que aderirem às sugestões propostas.

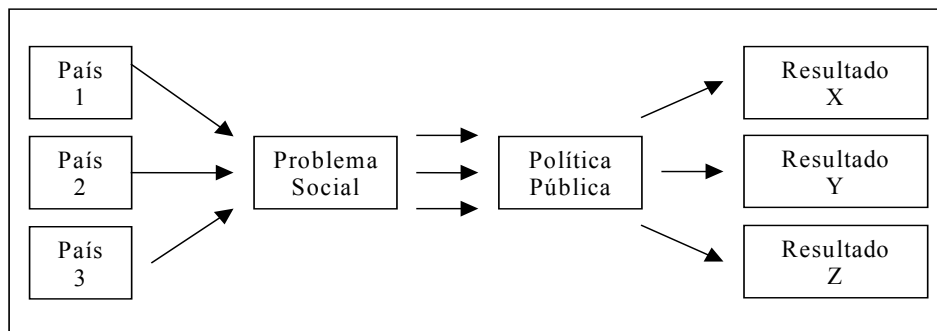
Assim, tais propostas políticas, quando consensuais na comunidade internacional, atuam como dispositivos disciplinares das políticas governamentais dos países em desenvolvimento, da mesma forma que atuam as crenças dos principais investidores do mundo.

Desta forma, a cooperação técnica internacional não é neutra em seu conteúdo e nem em sua forma. As recomendações, as ofertas de idéias são apresentadas como decorrentes de um conhecimento universal, portanto universalmente aplicáveis.

Conforme apresentado no trabalho de Mattos (2000), a cooperação como oferta de idéias, característica dos anos 1990, decorrente da crise financeira que atingiu os organismos internacionais, sustenta-se em estudos, pesquisas qualificadas, mas realizados à margem do debate político entre representantes dos países-membros, desembocando em recomendações universais, que mais cumprem o papel de disciplinar as políticas dos países em desenvolvimento e sugerem que as premissas de seus estudos não são tão universais como se pretendem.

Uma forma de visualização de dos efeitos da verticalização das políticas públicas pode ser dada da seguinte forma conforme figura a seguir:

**Figura 1 – Verticalização de Políticas Públicas e seus efeitos**



Na figura, três diferentes países possuem um mesmo problema social. Devido ao processo de verticalização, os três países realizam uma mesma política pública, que pode ser considerada única pois as diferenças entre elas se dão basicamente por ajustes nos dados demográficos, no montante de recursos e na abrangência. O que se observa é que a mesma política pública, destinada a solucionar um mesmo problema social corrente em diferentes países chega a resultados distintos.

A lógica esperada é que o resultado da política pública fosse o mesmo. Quais fatores poderiam determinar resultados diferentes? O que determinaria o sucesso ou o insucesso das políticas?

Um exemplo do que está acima exposto foi publicado em abril de 2008 pelo Centro Internacional de Pobreza<sup>11</sup> em um artigo que trata dos programas de Transferências Condicionadas de Renda (TCR) no Brasil, no Chile e no México<sup>12</sup>. O estudo aponta que estes programas, que se proliferaram na América Latina na última década, foram criados com o objetivo de reduzir a pobreza em curto e em longo prazo.

---

<sup>11</sup> O Centro Internacional da Pobreza (IPC) é um projeto conjunto entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do governo brasileiro. É especializado em analisar a pobreza e a desigualdade.

<sup>12</sup> SOARES, Sergei; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Fabio Veras; MEDEIROS, Marcelo; ZEPEDA, Eduardo; “Conditional Cash Transfers in Brazil, Chile and Mexico: Impacts upon Inequality.” IPC Working Paper No. 35. April 2007.

Os tipos de condicionalidades exigidas variam caso a caso. Normalmente se referem à frequência escolar de crianças, periodicidade a consultas médicas para crianças e gestantes. Os recursos repassados às famílias normalmente representam uma pequena parcela no orçamento e no rendimento nacional e mesmo assim causam impacto na redução da pobreza.

Segundo o artigo, há vários estudos que demonstram que as TCR reduzem a pobreza, melhoram indicadores de educação e de saúde. Por outro lado, existe um acalorado debate sobre se a necessidade de condicionalidade para as transferências.

O artigo investiga o impacto dos programas na desigualdade em três países que atualmente implementam política de TCR: 1) o programa *Bolsa Família* do Brasil; 2) o *Chile Solidário*, do Chile; e 3) o *Oportunidades* do México.

O *Bolsa Família* e o *Oportunidades* são programas amplos, abrangendo, respectivamente, 11 e 5 milhões de domicílios em 2004, mas diferem um pouco na focalização. O *Bolsa Família* possui gestão descentralizada e a função de direcionar os recursos fica sob responsabilidade dos municípios. O *Oportunidades* realiza pesquisas nas áreas pobres para escolher a população-alvo por meio de um processo mais centralizado.

Por outro lado, o *Chile Solidário* é um programa considerado pequeno, pois beneficia em torno de 225.000 domicílios. Além disto direciona seus esforços nos extremamente pobres, por meio de um mecanismo nacional de inscrição de beneficiários, que são escolhidos após um intenso monitoramento das famílias realizado por assistentes sociais.

Tradicionalmente os estudos sobre o impacto das políticas de TCR na desigualdade são realizados por meio da medida de distribuição de renda mais utilizada que é o coeficiente de Gini. A renda domiciliar total pode ser vista em diversas linhas tal qual o trabalho, pensões e previdência social.

Sintetizando a explanação dos resultados divulgados pelo estudo realizado pelo ICP, as três políticas de TCR foram avaliadas e mostraram importantes resultados de focalização. O que significa que as TCR estão transferindo rendimento para os mais pobres, reduzindo assim a desigualdade. Porém, os dados revelaram que o *Chile Solidário* teve um impacto considerado pequeno na redução na desigualdade, enquanto que a desigualdade no México e no Brasil teve uma queda considerável.

Segundo o artigo, a chave para compreender esses resultados poderia ser observada em função da proporção da renda total que as transferências representam e nos mecanismos de focalização das políticas.

Ou seja, se três países de proporções distintas (no caso do artigo, Brasil, Chile e México) têm o mesmo problema social (pobreza) e realizam a mesma política pública (transferência condicionada de renda) como chegaram a resultados distintos? Seriam os fatores econômicos os únicos responsáveis pela diferenciação? Seriam determinantes fatores administrativos? Que peso teriam os elementos culturais presentes na população alvo?

O que se traz à tona não é uma crítica de utilização dos fatores econômicos para verificação do sucesso ou insucesso das políticas públicas, como as de TCR por exemplo, mas sim a necessidade de verificação empírica das influências culturais. Será que a diferença encontrada nos efeitos da política executada no Chile não se deve a fatores culturais? E se nesta sociedade “receber dinheiro” do governo for considerado ultrajante? Será que nela é culturalmente aceitável “receber dinheiro” que não advém “do próprio suor”?

O que se defende como necessidade anterior à implementação de políticas públicas, sejam elas compensatórias ou não, é o conhecimento apropriado do público-alvo. Não só de suas características demográficas, que a experiência mostram ser extremamente necessárias, mas conhecer culturalmente a população. O pensam as pessoas, no que elas acreditam, como vêem a vida em comunidade e *como elas vêem o mundo* que está a seu redor e principalmente *como se vêem no mundo*.

A ação do Estado e a sua relação com os organismos internacionais na padronização de políticas públicas sem considerar as particularidades culturais das respectivas sociedades vai no sentido contrário da proposição da presente dissertação. A tentativa de uniformizar as ações dos Estados possui o pressuposto de que as políticas públicas são construídas da mesma forma em todos os países. No entanto, há muitos exemplos da influência de aspectos culturais em políticas públicas, mesmo sem o seu uso sistemático ou mesmo deliberado. Este uso intuitivo de aspectos culturais em políticas públicas no caso brasileiro será exemplificado a seguir.

## **Uso intuitivo de Aspectos Culturais em Políticas Públicas**

Os aspectos culturais são incorporados nos desenhos de políticas públicas de forma intuitiva. Não há registros de estudos preliminares ao desenho de políticas sociais, e o conhecimento do público alvo normalmente é o advindo do senso comum. Para exemplificar a utilização intuitiva de características culturais na formulação e implementação de políticas públicas recorrer-se-á a três exemplos brasileiros ocorridos em épocas distintas: a) início dos anos 1920; b) início dos anos 1980; e c) início dos anos 2000.

### **A REPÚBLICA DE JECA TATU**

O primeiro exemplo a ser tratado é um misto de literatura com a falta de iniciativa do Estado. No fim nos anos 1910, a literatura brasileira exaltava o índio e a natureza como as maiores riquezas do interior do Brasil. E no imaginário das elites de então, o homem do campo figurava entre o homem cordial desprovido de ganância e maldade e entre o homem ignorante porém trabalhador e merecedor dos bens naturais.

Na política, no período conhecido como primeira república, estavam presentes os coronéis, que agregavam seus eleitores e votos no que ficou conhecido como “voto de cabresto”.

Diante deste cenário, surge Jeca Tatu, figura literária que deu destaque nacional a seu criador, o então jurista e fazendeiro, Monteiro Lobato. No conto Urupês, o autor anuncia a morte de Peri, personagem de José de Alencar que representava à época todo o ideal romantizado do homem do campo.

Tal qual Macunaíma, surgia no cenário nacional, um novo anti-herói: Jeca Tatu, um homem do interior, que passava os dias de cócoras a pitar seus cigarros de palha, a beber cachaça e a contemplar a passagem do tempo não fazia nada de relevante porque “não valia a pena”. Deixava a família e as criações entregues à própria sorte e segundo o autor, “Seu grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor esforço - e nisto vai



longe.” (1986: 148) Jeca Tatu tinha no pleito eleitoral seu momento mais importante o que talvez justificasse sua existência. “Vota. Não sabe em quem, mas vota.” (1986:151)

O autor faz então uma severa crítica ao homem do campo, ao caboclo:

*Aqui tratamos da regra e a regra é Jeca Tatu. O mobiliário cerebral de Jeca, à parte o succulento recheio de superstições, vale o do casebre. O banquinho de três pés, as cuias, o gancho de toucinho, as gamelas, tudo se reedita dentro de seus miolos sob a forma de idéias: **são as noções práticas da vida, que recebeu do pai e sem mudança transmitirá aos filhos.** O sentimento de pátria lhe é desconhecido. Não tem sequer a noção do país em que vive. (LOBATO, 1986: 151-152) (grifo meu)*

Lobato identifica em Jeca Tatu a transmissão de valores entre as gerações e a incorporação de atitudes que não são passíveis de mudanças imediatas. Além disto, destaca a falta de conhecimento deste acerca de seu país e do Estado em que vive. Severas críticas foram direcionadas a Lobato e a seu célebre personagem sob justificativa de que o autor apresentou o homem do campo como um sujeito preguiçoso e irresponsável diante dos afazeres rurais e de sua comunidade.

A acusação de uma nova caricatura do caboclo, só que de maneira pejorativa, foi desfeita com uma nota do autor no prefácio à quarta edição de Urupês na qual pede desculpas ao seu personagem:

"Eu ignorava que eras assim, meu caro Jeca, por motivo de doenças tremendas. Está provado que tens no sangue e nas tripas todo um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte. (...) Um país com dois terços de seu povo ocupados em pôr ovos alheios".

Tal redenção, perante a Jeca e não a crítica, deu-se pelo fato de Monteiro Lobato ter entrado em contato com diversas pesquisas realizadas por sanitaristas. Ao estudar os achados dos cientistas que apresentavam as estimativas de que havia entre os brasileiros 17

milhões com ancilostomose, três milhões com chagas e dez milhões com malária, Lobato chega à conclusão de que "O Jeca não é assim: está assim". Por isto, associa a economia do país à questão sanitária e vai de encontro aos ditos patriotas que o criticaram por expor a miséria brasileira.

Lobato engajou-se no movimento sanitaria e denunciou o descaso e o desconhecimento do governo acerca das mazelas de sua sociedade. Proclamava o descaso das autoridades com a saúde pública e acusava a elite de conivência com a morte prematura de crianças por puro desconhecimento popular sobre doenças passíveis de erradicação mediante medidas simples de higiene. Lobato dizia ser necessário mobilizar, alertar e educar a população principalmente aquela vítima da falta de saneamento.

É então que escreve *Jeca Tatu – A Ressurreição*. O conto serviu de inspiração para uma história em quadrinhos divulgada em todo país através do *Almanaque do Biotônico Fontoura*. Jeca Tatu que era considerado preguiçoso, bêbado e idiota por todos, descobre que é assim porque sofre de uma doença chamada ancilostomose, popularmente conhecida como amarelão. Jeca passa por tratamento com remédios e adota todas as recomendações médicas, como por exemplo andar calçado. Curado, Jeca cuida da família, ganha disposição, adquire novos hábitos e termina se transformando em fazendeiro rico e divulgando o tratamento à comunidade e prestando a estas o auxílio necessário.

A campanha dos sanitaristas, com o apoio de Lobato, acabou “forçando” o governo a dar atenção ao problema sanitário. O código sanitário foi remodelado e transformado em lei.

Jeca Tatu personifica o desconhecimento do Estado em relação a sua população. Tal desconhecimento em certa medida significa descaso, mas por outro lado, indica a falta de mecanismos sistemáticos de investigação científica que possibilitam tal conhecimento. Assim como denunciado na literatura, o levantamento realizado pelos médicos sanitaristas foi fundamental para que a política sanitária fosse efetivada, implementada e levada ao público alvo.

## A CLAREZA EM COMBATE

Início dos anos 1980. O cenário político no Brasil não era dos mais favoráveis, apesar da ditadura militar ter perdido espaço. O clima mundial era de mudanças estruturais e com ele surge uma doença nova, incurável. A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – aids – teve seus primeiros casos confirmados no Brasil em 1983 e já neste ano inicia-se uma campanha de mobilização no estado de São Paulo.

As campanhas de prevenção no Brasil começaram a tratar a aids no Brasil como doença de fácil contágio, incurável e letal. Com forte ênfase no componente letal. Com o passar dos anos as campanhas ganharam outra conotação, foram adicionados componentes sociais e educacionais e o destaque nas campanhas passou a ser o comportamento. Principalmente o comportamento sexual dos brasileiros. Tal mudança de foco se deu tanto pelo avanço no conhecimento científico sobre a aids, quanto pelo debate entre representantes das comunidades científica, civil e governamental.

Muito poderia ser dito sobre a eficácia, eficiência e efetividade do Programa Nacional DST/AIDS. As campanhas, tanto publicitárias quanto preventivas ou educativas tiveram trajetórias específicas e mereceriam uma análise sofisticada somente sobre elas o desviaria o foco deste trabalho. O que interessa aqui como breve exemplo são formas de utilização de campanhas publicitárias voltadas para os meios de comunicação de massa sobre a divulgação e os meios de prevenção da doença.

O que se quer chamar atenção aqui é para algo sutil: a utilização intuitiva de elementos culturais nas campanhas publicitárias realizadas para divulgação e prevenção à aids no Brasil.

Desde o início da propagação de campanhas de prevenção realizadas tanto pela sociedade civil quanto pelo Governo Federal, os anúncios são objetivos e não tratam o tema com pudor. As campanhas não se limitaram à explicação do que é a aids, as formas de contágio, de tratamento e de prevenção. Elas foram além e mostraram que a aids não é um problema de saúde pública e sim uma questão social que envolve fatores educacionais, sanitários, comunitários, familiares e principalmente de comportamentos individuais.

Os programas brasileiros de prevenção centralizam sua divulgação nos meios de comunicação de massa na forma de transmissão pelo sexo. O grande mote do Programa Nacional de DST/AIDS é a distribuição de milhões de preservativos masculinos por ano sendo grande parte da distribuição realizada no período do carnaval.

Como falar de sexo em um país no qual o senso comum afirma ser extremamente sexualizado e erotizado? Como chegar a toda população brasileira, que neste caso é o público alvo da política de prevenção, levando em conta as características individuais de cada região?

Uma das marcas nas campanhas de prevenção à aids é justamente falar sobre o tema sexo sem impor restrições puritanas e levando em conta algumas características consensuais da musicalidade dos brasileiros, do humor que especialmente a partir dos anos 90 se tornou peça chave na publicidade. Falar sobre sexo no Brasil não soava para a grande mídia como algo errado ou imoral. Até porque na época da confirmação dos casos de aids no Brasil o que esperava era o livramento das restrições, das imposições e da censura em todas as áreas, mas principalmente do não cerceamento da vida do indivíduo.

Nas campanhas de prevenção o tema sexo é tratado de maneira aberta, onde palavras como sexo, transa, pênis, vagina ou camisinha são ditas sem o menor frisson. Aliás, houve frisson quando em 1990 colocaram um animal – peru – simbolizando o órgão sexual masculino. Polêmica maior ainda surgiu em 1995 quando “apelidaram” o pênis de “Bráulio”. Muitas manchetes citaram a questão como a “revolta dos Bráulios” e os meios de comunicação indicaram a campanha como o maior fracasso da história do Programa Nacional de DST/AIDS (PAZ, 2007: 51-52).

Porém não se pode determinar o dito insucesso ao apelido. O episódio mostra que alguma coisa deveria ter sido pensada antes de entrarem com uma alcunha para tal nível de intimidade. Talvez não fosse legítimo para o público masculino destinatário daquela campanha a utilização de nomes próprios para seus genitais.

Para exemplificar, observar-se-á a campanha televisiva lançada pelo Ministério da Saúde no Brasil<sup>13</sup> no Dia Mundial de Luta contra a aids em 1º de dezembro de 2007. Esta campanha foi direcionada à população jovem. No vídeo aparece uma mãe costurando e o filho se despedindo. Ela tira da própria bolsa e dá ao filho uma camisinha. O pai, sentado fazendo palavras cruzadas, reforça ao filho a necessidade de ele levar o preservativo já que ele não sabe se o namorado dele levará. Após a cena, a cantora Negra Lee aparece dizendo “Você não espera que todos os pais sejam assim, né? Pô. O uso da camisinha é uma atitude sua. E ela tem muita força na luta contra a aids.”

A propaganda mostra o ideal dentro de uma relação familiar onde os pais utilizam, aceitam e estimulam o uso do preservativo e também sabem e respeitam a homossexualidade do filho. A frase direcionada aos jovens mostra que esta realidade ainda está distante de muitos deles, porém não é por isto que eles não podem se prevenir. Além disto, a campanha inova ao colocar que a camisinha “tem muita força na luta contra a aids”. Ou seja, ao contrário de outras campanhas a frase mostra que a camisinha é um dos componentes de prevenção e não o único.

O exemplo mostra bem o uso da linguagem aberta para tratar do assunto aids e também que não há censura de temas e linguajar nas campanhas de prevenção à aids. Para deixar claro que esta não é uma atitude hegemônica nas campanhas mundo afora, tomar-se-á como exemplo a censura de uma campanha realizada na França<sup>14</sup>.

*MADRI - A Associação de Profissionais por uma Publicidade Responsável censurou uma propaganda que mostra homens sem roupa em uma cama, na França, segundo informou o jornal El País nesta quarta-feira, 2. O cartaz, que faz parte de uma campanha institucional contra a propagação do vírus da Aids entre os homossexuais, foi julgado como muito explícito.  
(O Estado de São Paulo, 02/01/2008)*

---

<sup>13</sup> Vídeo disponível na página oficial do Programa Nacional de DST/AIDS: <http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMISC00B1070ITEMID4460B47795444E3789B93E0929A4E2CBPTBRIE.htm> Acesso em 03/01/2008.

<sup>14</sup> Matéria publicada dia 2 de janeiro de 2008 no sítio do jornal *O Estado de São Paulo*, sob o título: Cartaz Sobre Aids entre homossexuais é censurado na França. Disponível em [http://www.estadao.com.br/vidae/not\\_vid103464,0.htm](http://www.estadao.com.br/vidae/not_vid103464,0.htm). Acesso em 03/01/2008.

O exemplo deixa claras as diferenças culturais e a forma como um mesmo assunto é abordado e divulgado em diferentes sociedades. A campanha voltada para o público jovem homossexual é explicitamente divulgada no Brasil, enquanto na França um cartaz foi censurado por seu conteúdo ser “muito explícito”. Fica claro que as práticas sexuais são social e culturalmente constituídas. Justamente por isto, as campanhas de prevenção não são padronizadas. E o elemento cultural é facilmente identificável neste tipo de política pública. Porém, nem sempre ele é pensado de maneira sistemática antes da implementação. O que pode gerar divergências e até mesmo censura, como ocorrido no caso francês.

Outro exemplo de divergência cultural pode ser mostrado nas campanhas de prevenção à aids voltadas para a redução de danos. Um exemplo clássico de programa de redução de danos é o voltado para o compartilhamento de seringa entre usuários de drogas intravenosas.

Segundo Marcelo Sodelli<sup>15</sup>, esse tipo de programa vem sendo realizado em diversos países, deste de 1986 (Holanda, Estados Unidos, Austrália, Suécia, Escócia) e alcançou bons resultados, especialmente na Holanda, especificamente em Amsterdã, onde a incidência do HIV declinou de 10 a cada 100 pessoas/ano, em 1986 para a quatro a cada 100 pessoas em 1987, alcançando patamar estável até 1991.

Segundo o autor, o projeto em Amsterdã não se limitou à troca de seringa, incluiu também orientação preventiva, disponibilidade de investigação sorológica, facilidade de acesso aos serviços de tratamento da dependência de drogas, além de ações que se desenvolveram no grupo a partir de profissionais de saúde ou agentes comunitários recrutados na própria comunidade. A experiência em Amsterdã mostrou que a idéia do senso comum de que a redução de danos baseada na troca de seringa pudesse levar ao aumento da população de usuários de drogas não se materializou.

Para Sodelli, no Brasil este tipo de abordagem seria contestado, pois esbarraria em questões legais e morais.

---

<sup>15</sup> Mestre em psicologia pela PUC/SP. Artigo disponível no sítio: [http://www.netpsi.com.br/artigos/99\\_caminhos\\_prevencao\\_aids.htm](http://www.netpsi.com.br/artigos/99_caminhos_prevencao_aids.htm). Acesso em 04/06/2008.

“A principal objeção é que, com essa medida (troca de seringa), a sociedade como um todo estaria financiando uma atividade ilícita. Argumenta-se também que, para apresentar um resultado satisfatório, é fundamental, além da distribuição de seringas e agulhas, um acompanhamento de programas efetivos de educação e tratamento aos usuários de drogas. Esses dois últimos aspectos apontam para a necessidade de um sistema de saúde eficiente, fato este que não se observa aqui no Brasil. Portanto, a abordagem de redução de danos (especificamente a troca de seringas), considerando o atual contexto da área de saúde, talvez não seja capaz de reduzir de maneira significativa a transmissão do HIV.”

Os exemplos mostram que as diversidades culturais estão presentes sobretudo em uma mesma sociedade. O Brasil que se mostra na comunidade internacional como um exemplo a ser seguido na área de prevenção à aids por meio da camisinha, encontra dificuldades quando precisa trabalhar a redução de danos junto aos usuários de drogas. Coisa que não ocorre na Holanda onde o uso de drogas não é criminalizado.

O que o exemplo publicitário mostra é que a cultura também ocasiona restrições nas divulgações. Sejam elas de origem conservadoras, puritanistas, ou legais. Isto demonstra mais uma vez a necessidade de conhecimento dos elementos culturais do público alvo para a concretização das ações, especialmente às ações do Estado.

## **AS MÃES DO BRASIL**

O terceiro exemplo do uso intuitivo de elementos culturais na formulação de políticas públicas vem da escolha da pessoa responsável pelo recebimento do benefício do Programa Bolsa Escola Federal.

O programa Bolsa Escola Federal (BEF) foi criado em 2001 pela Lei nº 10.219/2001 com a denominação de Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação e regulamentado pelo Decreto nº 3.823/2001. Direcionado à escolarização de crianças e ao combate à pobreza por meio da transferência de recursos para as famílias de

baixa renda, o BEF combinou a implementação de estratégias econômicas e não-econômicas, inovando a política pública brasileira ao definir uma linha de pobreza e ao estabelecer condicionalidade para permanência no programa.

O público alvo foi composto por famílias com renda *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo, na época R\$ 90,00 (noventa reais), e que tinham filhos ou dependentes com idade entre seis e 15 anos matriculados e frequentando o Ensino Fundamental, com frequência escolar igual ou superior a 85%, possibilitando a inclusão de até três crianças por família. Em 2003 o BEF foi englobado em outro programa mais amplo do governo federal que hoje é denominado Bolsa Família, com outras características e condicionalidades.

O programa deu preferência à mulher para o recebimento do benefício. O parágrafo 2º do artigo 4º da lei de criação do BEF elege a mãe como responsável pelo benefício: “O pagamento de que trata o caput deste artigo será feito à mãe das crianças que servirem de base para o cálculo do benefício, ou, na sua ausência ou impedimento, ao respectivo responsável legal.”

A indicação da mulher como responsável para o recebimento do benefício não está explicada no texto da lei e também não foi explicitada no desenho do programa. Por isto considera-se aqui que esta determinação foi feita de forma intuitiva, pois não há referências a suportes teóricos nem metodológicos anteriores à medida.

O Centro de Pesquisa de Opinião Pública da Universidade de Brasília – DATAUnB – realizou entre 2002 e 2003 a avaliação nacional do Bolsa Escola Federal por meio de levantamento de dados tendo como dimensões de análise temas substantivos relacionados ao Programa.

Na pesquisa foram observadas dimensões socioeconômicas, percepções dos indivíduos sobre o BEF e sua implementação, impactos econômicos na vida das famílias, impactos na vida escolar da criança e do adolescente, impactos sobre a redução do trabalho infantil, impactos nas relações familiares e impactos sociais como por exemplo, percepções sobre o futuro, cidadania e mobilidade social.

Na avaliação, foi questionado aos gestores e também aos beneficiários quem na família deveria ser responsável pelo recebimento da bolsa. Aos educadores foi questionado se seria certo a mulher ser a responsável pelo recebimento do benefício.



Dentre os BENEFICIÁRIOS 91% acreditam que a mãe ou mulher responsável pelas crianças é quem deveria ser responsável pelo recebimento da bolsa escola, enquanto menos de 4% indicaram que o pai ou homem responsável deveria ser o responsável pelo recebimento da bolsa. Entre os GESTORES a percentagem dos que acreditam que a mãe ou mulher responsável pelas crianças é quem deveria ser responsável pelo recebimento da bolsa escola é de 96%, sendo que menos de 0,5% indicou que o pai ou homem responsável pela criança é quem deveria receber o benefício.

Entre os profissionais de ensino 70% acredita ser correta a decisão de conceder o benefício à mulher responsável pelo aluno. A argumentação dos educadores é a de que a mulher é quem cuida das crianças (72%) e sabe do que as crianças precisam (71%). Apenas 4,0% de indicações de pai ou homem responsável.

Além disto, o relatório aponta que:

“A idéia de que a mãe ou a mulher deva ser a responsável pelo recebimento do benefício é corroborada pelos resultados obtidos nas entrevistas em profundidade. As mães beneficiárias declararam, principalmente, que ‘as mães conhecem as necessidades do filho’, ‘os homens gastam o dinheiro com bebida’, ‘a mãe é mais responsável’, ‘a mãe é mais organizada’, ‘a mães tem mais tempo’, ‘a mãe é quem faz o acompanhamento do filho na escola’.” (DATAUnB, 2003: 47)

A avaliação do BEF mostra a adequação da escolha da mulher (mãe ou responsável legal) como beneficiária do recebimento da bolsa. A avaliação realizada após a implementação do programa confirma que o valor cultural utilizado de forma intuitiva no desenho do programa foi acertado, pois reflete o valor cultural existente no público alvo do programa.

Tal argumento parece óbvio, já que é quase senso comum que na cultura brasileira as mulheres se dedicam aos filhos de maneira diferenciada da dos homens. Porém, o oposto também poderia ser pensando, pois ainda a idéia de que o homem tem maior habilidade no manejo do dinheiro. Ou seja, várias “suposições” podem ser tiradas do senso comum, e da mesma maneira que “acertaram” colocando a mulher como beneficiária, também

poderiam ter “errado” se adotassem de forma intuitiva outra característica cultural no desenho do programa.

O que se argumenta aqui é que, se há medidas para a escolha do público alvo, como dados demográficos, por exemplo, se há medidas para a determinação de valores econômicos, então por que não criar mensurações de fatores culturais que são relevantes para a implementação de determinada política pública?

Se evidente é que a cultura importa, que é importante saber o que a população pensa, que é fundamental conhecer o público alvo, então é igualmente clara a necessidade de consideração destes fatores também na concepção e na implementação da política pública.

Se a mensuração econômica – de quanto será gasto, de quanto é necessário ser gasto, de quanto é viável ser gasto – é fundamental para compor o desenho de determinada política, também é essencial conhecer o público alvo, pois isto poderá determinar seu sucesso ou o insucesso.

Diante do exposto, algumas questões podem ser levantadas para a futura continuação da investigação: como alguns países, mesmo diante da verticalização das políticas públicas, conseguiram enfrentar com certo sucesso seus problemas sociais? Como um país pode lidar e reconhecer suas especificidades no momento da concepção de uma política pública? Em que medida pode-se fugir das imposições dos organismos internacionais que financiam estas políticas?

A incorporação de fatores sociais, culturais e políticos na formulação de políticas públicas colaboraria para a inclusão de especificidades do meio social a que é dirigida ampliando assim sua eficiência.

Porém isto não seria o bastante para a eficácia da política. Seria necessário um estudo sistemático destes fatores que obviamente são dinâmicos em função do próprio movimento social, e de mecanismos de controle, como por exemplo, um acompanhamento do desenvolvimento da política desde a sua implementação.

Algumas experiências de inserção de considerações da opinião dos atores em políticas públicas vêm sendo realizadas, porém nenhuma delas retrata esta relação de maneira

que atitudes e comportamentos sejam levados em conta para a formulação ou implementação de políticas públicas.

Um exemplo desta tentativa é a *Encuesta Nacional sobre Cultura Política y Prácticas Ciudadanas*<sup>16</sup> (ENCUP) realizada pelo governo do México com o objetivo de diagnosticar e conhecer a cultura política e as práticas cidadãs da população mexicana. Trata-se da aplicação de um questionário à população com a finalidade de utilizar as informações coletadas para alimentar o debate acerca dos temas tratados e também usá-las como elemento para o desenho, implementação e avaliação de políticas públicas.

Segundo o sítio da ENCUP, o objetivo principal do estudo é apontar elementos que contribuam para a promoção e integração dos cidadãos nos assuntos públicos e também uma maior presença na população de valores, percepções, atitudes, hábitos, habilidades e conhecimentos que são fundamentais para a convivência democrática e para o adequado funcionamento da democracia que o governo quer proporcionar aos mexicanos.

O primeiro *survey* foi realizado em 2001. Foi aplicado um questionário com 121 questões com duração média de aplicação de uma hora e 30 minutos. Foram entrevistadas mais de 4 mil pessoas em 600 localidades nas 32 unidades federativas do país. Foram realizadas mais duas ondas de aplicação, uma em 2003 e outra em 2005.

Na onda de 2005, novos temas foram incluídos, como por exemplo socialização política, conhecimento e interesse por política, grau de confiança nas instituições e participação eleitoral.

Os resultados da ENCUP, bem como seu instrumento e bases de dados, são disponibilizados ao público em geral por meio do sítio na internet.

Embora o objetivo principal da pesquisa seja a utilização dos resultados como elemento para o desenho, implementação e avaliação de políticas públicas, os temas abordados e o formato das questões do questionário aplicado remetem a estudos tradicionais de cultura política. Além disto, o estudo não mostra de que forma os levantamentos realizados têm influenciado as políticas públicas.

---

<sup>16</sup> <http://www.gobernacion.gob.mx/encup>. Acesso em 01/05/2008.

Os temas abordados pela ENCUP são, dentre outros: política e assuntos públicos; níveis de informação e conhecimento político; interesses pessoais por política; confiança nas instituições políticas e sociais; e percepções sobre a democracia.

A ENCUP não traz muitas novidades no que diz respeito a pesquisas de cultura política já existentes, como a Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*, WVS) e o *Latinobarômetro*, por exemplo. Entretanto, inova no sentido de deixar claro um propósito que não é usual nos estudos de cultura política que é justamente a utilização de seus resultados como contribuição para o desenho, a formulação e a implementação de políticas públicas.

Porém, mais uma vez exemplifica-se a falta de sistematização de como se dá esta relação no campo teórico-metodológico.

Como compreender melhor essa realidade ignorada pelo ponto de vista institucionalista da sociedade? Não cabe a este estudo expor todas as possibilidades ou impossibilidades em lidar objetivamente com essa realidade cultural, pois isto deve ser objeto de uma discussão teórica e epistemológica muito mais aprofundada. Porém, a partir da visão de que é possível apreender e compreender a realidade cultural de uma dada sociedade, propõe-se um resgate do ferramental teórico e metodológico criado dentro do subcampo da ciência política que ficou conhecido como cultura política.

### **III. UMA PROPOSTA EMPÍRICA DE ESTUDO DE CULTURA POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

O processo de concepção e formulação de políticas públicas tradicionalmente leva em consideração apenas características demográficas e econômicas para a escolha do público alvo e também para a definição das metas e dos objetivos a serem alcançados com a implementação da política. Portanto, incluir fatores culturais na concepção das políticas públicas seria um grande avanço não só para o processo de otimização dos gastos e eficácia destas, mas também para o desenvolvimento acadêmico dos estudos em ciências sociais.

No Brasil, os processos de acompanhamento e avaliação de políticas públicas ainda são incipientes e não há registros de levantamentos anteriores à formulação da política no que diz respeito ao conhecimento amplo sobre o público alvo. Porém, sabe-se que há uma relação entre cultura e o desenvolvimento das políticas.

Ao pensar a relação entre fatores de cultura política e políticas públicas depara-se com o questionamento já exposto de como apontar esta relação uma vez que muito é falado e pouco é demonstrado nas análises empíricas. Neste sentido, propõe-se um caminho de análise que considere o levantamento das opiniões, das crenças e dos valores da população brasileira como processo anterior à formulação e à implementação das políticas públicas.

Para elucidar como poderia se dar esta relação, tomar-se-á como exemplo o trabalho realizado por Marcelo Fonseca e Adilson Borges intitulado “O uso da pesquisa de satisfação do consumidor como instrumento de política pública: O potencial de uso no caso do transporte coletivo de Porto Alegre”<sup>17</sup>. Esta pesquisa foi realizada com objetivo de mostrar que a utilização de ferramentas de marketing no setor público, que mensurem o nível de satisfação dos usuários, pode auxiliar na administração do transporte de forma que este se torne mais eficiente.

---

<sup>17</sup> Trabalho apresentado no XXII encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, 1998.

Embora a pesquisa tenha sido realizada com objetivo voltado à administração e ao marketing, pode-se traçar um paralelo com os objetivos deste trabalho, uma vez que os resultados da pesquisa indicam que há forte relação entre aspectos valorativos do uso do transporte e sua eficiência.

Fonseca e Borges (1998) argumentam que os sistemas de mensuração da satisfação são reconhecidos pela sua importância administrativa e seu caráter científico prestaria uma importante contribuição às empresas públicas, pois complementariam as atuais formas utilizadas pelo Estado para o controle de níveis de qualidade no transporte público.

*A pesquisa de satisfação viria, nesse sentido, como uma resposta mais precisa ao poder público, em termos normativos, sobre o que a sociedade espera dos serviços prestados por ele, **partindo do ponto de vista do usuário do serviço** e não mais do burocrata designado para controlar o mesmo. (FONSECA & BORGES, 1998:5) (grifo meu)*

Nesta pesquisa, a hipótese de que o que as pensam é relevante para que o serviço prestado pelo Estado seja eficiente, foi aceita. Foram utilizadas dimensões de análise que abrangem a observação sobre os serviços prestados tais como: as condições de oferta do transporte; as condições das instalações físicas e dos veículos; quantidade de veículos disponíveis; horários de atendimento. Também foram observadas dimensões relacionadas a questões valorativas, como por exemplo: educação e cordialidade tratamento dos motoristas e cobradores; competência e eficiência de motoristas e cobradores; conforto dos assentos; limpeza; espaçamento entre os bancos; e respeito às leis de trânsito.

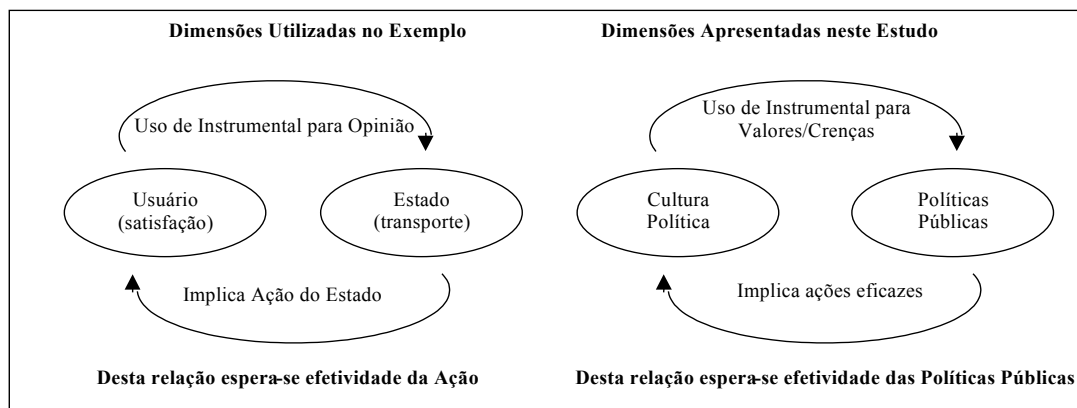
Os achados da pesquisa revelam que os fatores considerados importantes para os usuários do transporte coletivo *trajetos e horários e qualidade do pessoal* possuem níveis de satisfação acima da média. Alguns fatores são apontados como problemáticos *adequação para deficientes, condições das paradas, condições internas e conforto*, pois são importantes para o consumidor e os níveis de satisfação são baixos.

Fonseca e Borges argumentam que análises como esta, se realizadas periodicamente, permitiriam a intervenção do Estado nas áreas ou serviços com desempenhos deficientes. A visualização e a interpretação de cada aspecto importante sob o ponto de vista

dos cidadãos, e seus respectivos níveis de satisfação, facilitaria ao Estado na busca de maior eficiência na prestação de seus serviços.

Diante do exposto, pode-se então traçar um paralelo entre as dimensões teóricas trabalhadas no exemplo e as dimensões propostas neste estudo.

**Quadro I – DIMENSÕES ANALÍTICAS**



As dimensões trabalhadas por Fonseca e Borges, indicam que a utilização de instrumental para verificação da satisfação dos usuários de transporte público permite ao Estado agir de forma eficaz no que diz respeito aos serviços públicos prestados a população. Ou seja, o Estado veria além das condições de oferta que são necessárias para um bom serviço de transporte. Identificar o que as pessoas pensam e esperam de sua ação, permite ao Estado ir além dos requisitos elementares para a constituição da ação, de maneira que esta se ajuste as necessidades do usuário e garanta assim sua efetividade.

As dimensões apresentadas neste estudo indicam que a observação dos valores e crenças da população alvo das políticas públicas por meio da utilização de instrumental adequado, implicaria formulação de políticas efetivas que teriam seu grau de abrangência ampliado em função da observação de características além das elementares de demografia. Esta observação permitiria que o Estado conhecesse e considerasse quem são as pessoas, o

que pensam, no que acreditam e como agem e com isto sua capacidade de ação seria otimizada<sup>18</sup>.

Levar em consideração estes aspectos de cultura política do público alvo no processo de concepção de políticas públicas seria importante para verificação da aceitação da política e conseqüentemente para a adesão dos indivíduos.

Não se trata nem de as pessoas aceitarem a política, no sentido de optar ou não pela participação, nem de uma exigência a priori para que uma política seja implementada, pois as políticas são planejadas e executadas por uma série de interesses que independem da vontade popular. Trata-se de conhecer melhor o público alvo e assim ampliar a eficácia e a eficiência das políticas públicas garantindo assim sua efetividade.

Vale destacar que nas avaliações de políticas públicas *eficácia*, *eficiência* e *efetividade* não são sinônimos. Segundo Cohen & Franco (2004:102-107), *eficácia* seria “o grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população beneficiária, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados”. *Eficiência* seria a otimização dos gastos para alcançar os objetivos propostos. Já a *efetividade* “constitui a relação entre os resultados e o objetivo”, isto é, se os resultados correspondem aos objetivos propostos este é o efeito concreto da ação.

Uma maneira possível para a realização de tal levantamento pode ser pensada a partir da construção de um instrumento, a ser aplicado à população alvo, contendo uma bateria de questões relacionadas a valores que influenciariam qualquer tipo de política pública e baterias de questões específicas contendo pontos que permitam identificar as crenças e os valores relacionados a determinado tipo de política como, por exemplo, educação, emprego, renda ou trabalho. Portanto, este levantamento deveria ser realizado antes da implementação da política para observação das especificidades da população.

---

<sup>18</sup> Existem muitas experiências de trabalhos que consideram o uso de pesquisas de opinião pública para a avaliação de políticas públicas e, a partir dos resultados, rever aspectos da sua implementação e efetivação. Entre estudos realizados pela Universidade de Brasília, podemos citar CASTRO, H. C. O. ; CAMPOS, T. M. A. ; WALTER, M. I. M. T. ; RANINCHESKI, S. M. ; MARINHO, D. N. C. ; MACHADO, L. Z. . Pesquisa nacional de avaliação da satisfação dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. 2006. (Relatório de pesquisa) e SCHMIDT, B. V. ; MARINHO, D. N. C. ; CASTRO, H. C. O. ; WALTER, M. I. M. T. ; RANINCHESKI, S. M. . Avaliação do Programa Bolsa Escola Federal. 2003. (Relatório de pesquisa).



Uma das formas de elaboração de um instrumento é utilizar questões que já foram usadas em outros levantamentos e que, observada a pertinência ao estudo que se propõe o instrumento, podem servir como cerne na construção deste na medida em que já foram pré-testadas em diversas aplicações e sua abrangência e capacidade de inferência podem ser ampliadas.

Há diversas pesquisas de larga abrangência sobre cultura política que são realizadas há décadas e podem servir de base para realização de outros estudos. Dentre estas, pode-se destacar os estudos realizados pelo *Latinobarômetro* e pela Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey – WVS*), coordenada mundialmente pelo Professor Ronald Inglehart.

O *Latinobarômetro* é uma pesquisa anual realizada na América Latina, que observa as opiniões, atitudes e comportamento em cerca de 400 milhões de habitantes da região<sup>19</sup>. A pesquisa nasceu em 1988 com um estudo piloto em quatro países: Argentina, Brasil, Uruguai e Chile, sobre as bases sociais das novas democracias.

Diante do êxito da primeira realização da pesquisa, os organizadores apresentaram um projeto à comissão das comunidades europeias com o objetivo de iniciar na região um estudo de opinião pública que seria feito de maneira regular, seguindo o mesmo padrão do Eurobarômetro. Em 1995, o estudo foi realizado em 8 países, em 1996 se estendeu para 17 países e para 18 países a partir de 2004.

Outra pesquisa de expressão internacional é o WVS. Em linhas gerais, o WVS é uma investigação mundial sobre mudanças socioculturais e sobre cultura política em diversas partes do mundo. A pesquisa é realizada desde 1981 e a cada cinco anos uma nova onda é realizada. No Brasil, a onda de 2005/2006 do WVS foi coordenada pela Universidade de Brasília, por intermédio do Centro de Pesquisa de Opinião Pública – DATAUnB.

As mudanças na cultura política se dão ao longo prazo. É plausível considerar que os valores observados em um estudo não difiram substancialmente de outro realizado poucos anos depois, especialmente quando se tratam de variáveis ligadas a dimensões atitudinais, ou seja, aquelas que indicam ações mais duradouras na população, ligadas a

---

<sup>19</sup> <http://www.latinobarometro.org/>. Acesso em 09/10/2007.

aspectos culturais. Por isto, as aplicações do WVS são realizadas a cada cinco anos e suas dimensões de análise e questões são passíveis de comparação entre diferentes épocas e entre diversas sociedades.

Com a finalidade de mostrar como se pode construir um instrumento que atenda os objetivos propostos neste estudo, o trabalho empírico se deu de forma que as dimensões analíticas já expostas, pudessem ser refletidas no processo de criação da matriz de construção do questionário e da própria construção do instrumento. Para tanto, optou-se pela realização do estudo das dimensões do questionário do WVS, da onda aplicada em 2005/2006.

#### **Estudo das dimensões do questionário do WVS – Brasil, 2006.**

O estudo partiu do levantamento das dimensões analíticas, ou seja, dos conceitos, presentes no instrumento do WVS realizado no Brasil no ano de 2006. O instrumento do WVS apresenta questões de autopercepção. Nestes tipos de pergunta a taxa de resposta é alta, pois se referem ao que as pessoas acreditam e não ao conhecimento formal dos problemas e situações sociais que as cercam. Por isto a investigação vai além da informação, pois se aproxima da situação de vida dos sujeitos.

A análise se deu em três etapas concomitantes: a) realização do levantamento das dimensões analíticas e das variáveis correspondentes a estas; b) identificação das variáveis que seriam comuns, passíveis de utilização para qualquer que seja o foco da política pública; c) mapeamento das questões que fariam sentido num cruzamento com uma política específica, a partir da reflexão sobre políticas hipotéticas de trabalho, educação, meio-ambiente, ciência e tecnologia, saúde, transferência de renda e assistência social.

As dimensões de análise identificadas no instrumento do WVS são: *Ciência e Tecnologia, Dados demográficos, Economia, Meio Ambiente, Política, Qualidade de Vida, Religião, Tolerância e Trabalho*. A seguir, será apresentado um quadro com as variáveis e a descrição do conteúdo relacionado a cada uma das dimensões de análise.

**Quadro II – DIMENSÕES ANALÍTICAS, VARIÁVEIS E DESCRIÇÃO**

<b>Dimensão Analítica</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Descrição</b>
Qualidade de Vida	V4, V5, V6, V10, V11, V22, V25, V26, V46, V57, V82, V83	Grau de satisfação que as pessoas expressam em relação a suas vidas. Exemplos: felicidade; saúde; bem-estar.
Meio Ambiente	V29, V88, V104 a V113	Relação entre desenvolvimento e meio ambiente, degradação ambiental, proteção ambiental, compromisso individual e coletivo em relação ao meio ambiente.
Ciência e Tecnologia	V77, V90 a V94, V123, V223 a V230	Impacto sobre como as pessoas enxergam o mundo e o próprio desenvolvimento. Exemplo: Importância da ciência e tecnologia e o papel que estas assumem e podem assumir em suas vidas.
Política	V7, V28, V61, V95 a V103, V114, V148 a V163, V231 a V234	Permite identificar o que as pessoas pensam sobre a política, sobre os políticos; o lugar que a política assume em suas vidas; o papel que os indivíduos pensam exercer no mundo. Exemplos: o significado e a importância da democracia; a confiança em organizações, grupos de pessoas e indivíduos em geral; o papel do Estado.
Economia	V12, V17, V63, V68, V81, V116 a V119, V121	Procura identificar a relação que as pessoas percebem da economia com suas vidas e a opinião delas sobre o andamento e o futuro dessa relação. Exemplo: o papel do Estado frente à economia.

(continua próxima página)

**QUADRO II (CONTINUAÇÃO) – DIMENSÕES ANALÍTICAS, VARIÁVEIS E DESCRIÇÃO**

<b>Dimensão Analítica</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Descrição</b>
Trabalho	V8, V13 a V15, V18, V27, V30, V44, V45, V48, V49, V50 a V54, V60, V76, V80, V115, V120	Relação do indivíduo com o mundo do trabalho. Alguns assuntos abordados: o clientelismo; o valor do mérito; a inserção da mulher no trabalho; a importância e o gosto pelo trabalho exercido; o associativismo.
Religião	V9, V19, V24, V129, V131, V153, V184 e V208	Relação do indivíduo com diversas crenças espirituais e religiosas. Exemplos: importância de deus na vida das pessoas; a importância da religião e da prática religiosa; questões éticas; a relação entre religião e política.
Dados demográficos	V55, V56, V215, V235 a V258	Aspectos demográficos do respondente. Exemplos: estado civil; etnia; escolaridade; religião, emprego; idade; sexo.
Tolerância	V16, V34 a V43, V124, V217 a V221	Possibilitam a identificação de características das relações sociais, tolerância e respeito em relação a diversos grupos da sociedade. Exemplo: dinâmica de convivência entre o indivíduo entrevistado e grupos sociais como “estrangeiros”*, “homossexuais”*, “idosos”*, “pessoas de outras religiões”*, “pessoas com AIDS”*.

FONTE: QUESTIONÁRIO WVS, 5ª ONDA, BRASIL: 2006.

\*REDAÇÃO UTILIZADA NO QUESTIONÁRIO.

Dentro das dimensões analíticas podemos encontrar as que são ligadas a aspectos culturais e as que são relacionadas a aspectos conjunturais.

As dimensões culturais são aquelas nas quais as mudanças só são passíveis de observação em longo prazo. São assuntos que perpassam a situação de vida das pessoas e

estão ligados a fatores perenes, a atributos pessoais e ao que as pessoas acreditam e tomam para si como verdadeiro.

As dimensões conjunturais são aquelas nas quais as mudanças seriam observadas em curto prazo. São questões ligadas ao comportamento pessoal frente à determinada situação ou aspectos demográficos passíveis a variação em um dado período de tempo.

Pode-se tomar como exemplo de questão cultural as seguintes questões retiradas do questionário do WVS:

**Figura 2 – Questões Culturais**

O(A) Sr.(a) concorda, nem concorda nem discorda, ou discorda das seguintes afirmações? <i>(leia os itens e assinale uma resposta para cada)</i>			
	<i>Concordo</i>	<i>Nem concorda nem discorda</i>	<i>Discordo</i>
V44. Quando há poucos empregos, os homens devem ter mais direito a um emprego do que as mulheres.	1	2	3
V45. Quando há poucos empregos, os empregadores deveriam dar mais prioridade aos brasileiros do que aos estrangeiros.	1	2	3

FONTE: QUESTIONÁRIO WVS, 5ª ONDA, BRASIL: 2006.

Este conjunto de questões tem como objetivo verificar a questão de valor tradicional em diversas sociedades. A variável V44 afere o valor cultural de que o homem é o responsável pela manutenção do lar e por isto, deve ter prioridade de emprego e a variável V45 mede o valor cultural de em casos de falta de oferta de empregos, a prioridade deveria ser de quem é nascido naquele país.

O exemplo posto independe do resultado observado na aplicação desta 5ª onda. Questões como estas, mostram se pode haver mudanças culturais ao longo do tempo. Por exemplo, poder-se-ia comparar se em determinado país, as pessoas mudaram sua percepção sobre o homem ter mais direito ao emprego que a mulher nas ondas aplicadas em 1980 e em 2005, dando assim um espaço geracional de 25 anos.

Contextos culturais são arraigados e os valores demoram até gerações para sofrerem algum tipo de alteração. No início do século XX a mulher ocidental não trabalhava

fora de casa. Com a industrialização, mudanças na economia e com as conquistas femininas de diversos direitos, o século XXI inicia-se com uma nova configuração destes valores.

Isto quer dizer que, de maneira ampla, a observação dos valores, pode dar pistas essenciais para mostrar como se dá a configuração social de determinado público. O conhecimento dos valores e das crenças de determinado grupo social permite que no momento da implementação de determinada política pública os elos sociais sejam preservados garantindo assim a configuração da política evitando distorções que impeçam a correta implantação.

Sobre as questões conjunturais, podemos tomar como exemplo as seguintes questões retiradas do questionário:

### Figura 3 – Questões Conjunturais

- V48. Gostaria de perguntar sobre as coisas que seriam mais importantes para o(a) Sr(a), se estivesse procurando emprego. Vou ler algumas coisas que muitas pessoas levam em conta em relação a seu trabalho. Se o(a) Sr(a) estivesse procurando emprego, o que o(a) Sr(a) colocaria em primeiro lugar?
- 1 Um bom salário, para não se preocupar com dinheiro.
  - 2 Um emprego seguro, sem risco de fechar, ou de desemprego.
  - 3 Trabalhar com pessoas que o(a) Sr(a) gosta.
  - 4 Fazer um trabalho importante para se sentir realizado.
- V49. E qual seria a segunda coisa mais importante?
- 1 Um bom salário, para não se preocupar com dinheiro.
  - 2 Um emprego seguro, sem risco de fechar, ou de desemprego.
  - 3 Trabalhar com pessoas que o(a) Sr(a) gosta.
  - 4 Fazer um trabalho importante para se sentir realizado.

FONTE: QUESTIONÁRIO WVS, 5ª ONDA, BRASIL: 2006.

Estas questões originalmente procuram identificar a importância que o trabalho tem na vida das pessoas.

Embora reflita um tema que também é cultural, este tipo de questão aponta aspectos conjunturais de determinada sociedade. Se a configuração social aponta para altos índices de empregabilidade, esperar-se-ia que na questão o quesito mais importante fosse *Fazer um trabalho importante para se sentir realizado* ou *Trabalhar com pessoas que o (a) Sr (a) gosta*. Da mesma forma que se a situação social no momento da aplicação for de instabilidade econômica, a resposta mais apontada seria *Um bom salário, para não se preocupar com dinheiro* ou *Um emprego seguro, sem risco de fechar, ou de desemprego*.

Desta questão pode-se aprender que temas conjunturais também podem ser mensurados por meio de que questionamentos relacionados a valores uma vez que estes estão mais ligados ao momento vivido pelo indivíduo em razão de determinada situação social. Ou seja, as questões conjunturais são aquelas que permitem aferir alterações em um curto espaço de tempo. São aquelas nas quais se pode, por exemplo, observar há diferença entre um ano e outro, se há alteração em função de determinada modificação na estrutura social, como por exemplo, quando se insere uma nova fonte de renda, ou quando alguma condicionalidade de um programa é atendida de forma que garanta o acesso à determinada política.

Uma forma de incorporar as dimensões culturais e conjunturais para a construção de um instrumento que fosse capaz de retratar os valores e crenças de determinado grupo social com o objetivo de servir à concepção de uma política pública poderia ser pensada como explicitada no quadro a seguir.

**Quadro III – MATRIZ PARA CONSTRUÇÃO DO QUESTIONÁRIO**

	Políticas Públicas	Políticas Públicas Específicas
Dimensão Cultural	<b>X</b>	
Dimensão Conjuntural		<b>X</b>

O quadro resume como poderia ser construído um instrumento com o objetivo de realizar um levantamento acerca de aspectos culturais e conjunturais que auxiliasse no processo de concepção e de implementação de uma política pública. A matriz representa como as dimensões estariam relacionadas em um instrumento composto de uma parte geral, que poderia ser aplicada independente do tipo de política pública e uma parte específica, que estaria relacionada ao tipo de política que se pretende implementar.

As dimensões culturais, como exposto, são questões ligadas a aspectos sociais que são perenes, por isto seriam relevantes para qualquer tipo de política pública. Esta dimensão estaria representada em uma parte geral do instrumento. Já as dimensões conjunturais representam o que pode ser alterado em curto prazo, por isto estariam representadas na parte específica do instrumento, na qual as questões abordadas seriam

direcionadas a uma determinada política pública, como por exemplo, meio ambiente, educação e trabalho.

A seguir será apresentado um quadro que explicita como se daria a concepção das questões deste instrumento.

**Quadro IV – MATRIZ DE CONCEPÇÃO DE QUESTÕES**

	Questões Gerais	Questões Específicas
Atitude	X	
Comportamento		X

A dimensão cultural está relacionada à formulação de questões atitudinais. Atitude é aferida quando se pretende verificar as preferências, os anseios e os valores presentes em determinado grupo social. Portanto, questões que mensuram atitude poderiam compor a parte geral do instrumento, pois refletem valores que não sofrem alterações em curto espaço de tempo.

A dimensão conjuntural está associada à formulação de questões comportamentais. Comportamento é aferido quando se pretende verificar como as pessoas reagem frente à determinada situação. Estima o que as pessoas fariam ou poderiam fazer em determinada circunstância. Justamente por isto, este tipo de questão é relacionada à parte específica, pois mostraria as características que uma política pública deve abranger estabelecendo assim os objetivos a serem alcançados.



## CONCLUSÃO

O presente trabalho partiu do estudo de como fatores culturais, especificamente de cultura política, podem interferir nas políticas sociais com o intuito responder a um questionamento simples: se a cultura interfere nos processos sociais, seria possível mensurar os efeitos da cultura nas políticas públicas?

Para tanto, foi trabalhado o conceito cultura política da forma como ele é usado contemporaneamente, ou seja, como um conjunto de determinadas orientações subjetivas que interferem na realidade política.

O uso do conceito de cultura política ganhou força com o refinamento da metodologia e das técnicas de investigação na área das Ciências Sociais o que possibilitou que os estudos realizados se tornassem tangíveis diante da abrangência e subjetividade que compõem esta linha de pesquisa.

Além disto, a utilização de técnicas estatísticas, o aprimoramento de instrumentos de coleta de dados, a utilização de modelos econométricos para a verificação empírica possibilitaram a consolidação do campo de estudos da cultura políticas ao circundar traços subjetivos considerados impassíveis de análise pela Ciência Política.

O estudo traz uma breve revisão teórica da conceituação de cultura política e de políticas públicas com o intuito de verificar, em um nível de análise mais próximo aos acontecimentos sociais, a relação entre culturalismo e institucionalismo, duas vertentes de análise tradicionalmente separadas nos estudos de ciência políticas.

Não se poderia deixar de citar a obra considerada fundacional da área de cultura políticas *The Civic Culture*, de Almond e Verba, que ao unir atitude e comportamento para explicar um fenômeno na sociedade, tal qual a consolidação da democracia, a obra apontou embora de forma ampla, que determinadas características de cultura política podem influenciar na própria constituição social e sendo assim, nas próprias instituições.

Os estudos que seguem a tradição institucionalista da ciência política desconsideram a influência das opiniões das pessoas. No limite, as instituições teriam uma dinâmica interna própria em que as pessoas seriam passivas em seu desenvolvimento. Neste sentido, *The Civic Culture* inova ao colocar os indivíduos em um papel de destaque na consolidação da democracia, pois a crença no sistema democrático seria um dos fatores de manutenção desta enquanto instituição.

Em termos gerais, elementos de cultura política influenciariam as instituições, o que eleva a discussão teórica do presente estudo para uma dimensão mais ampla na qual haveria elos entre culturalismo e institucionalismo.

A utilização da teoria da cultura política não se limita ao estudo da relação desta com o estabelecimento e manutenção da democracia. Vários estudos utilizam-se da referida teoria e do instrumental utilizado para identificar a importância de valores, crenças, conhecimentos e sentimentos na explicação do comportamento político, que vai desde questões de sistemas político a questões de desenvolvimento.

Um dos estudos realizados mundialmente que utiliza o instrumental teórico e desenvolveu metodologia de grande aplicabilidade é Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*), coordenado pelo Prof. Ronald Inglehart da Universidade de Michigan, que mapeia mundialmente longitudinalmente as mudanças culturais em diversos países. Este estudo, além dos objetivos propostos pelo autor, permite uma série de análises sobre atitudes e valores em diversas sociedades.

Na revisão sobre políticas públicas foi levantado um pouco do histórico dos estudos para tratá-lo como pano de fundo na ampla discussão das influências da cultura política nas políticas sociais. O campo teórico do institucionalismo considera que as instituições têm seu desenvolvimento e sua dinâmica a partir de um movimento interno que no máximo teria influência de outras esferas institucionais, tendo seu foco na organização social e não nos comportamentos individuais.

As instituições são vistas como um campo à parte da realidade social, ou seja, o que acontece na esfera social em termos de interferências individuais não afetam o desenvolvimento das instituições. Um dos campos de estudo do institucionalismo é o Estado e o foco teórico trabalhado neste estudo está no chamado Estado em Ação. Segundo esta

concepção, as políticas públicas fazem parte do mecanismo de funcionamento do Estado e atuam como meio de relação deste com os indivíduos.

As diferentes formas de conceituar o que é a política pública vão desde a visão de que se trata do estudo do governo à luz de questões públicas à forma de solucionar problemas sociais. Neste sentido, a observação sempre é tangida pelo governo, seja em suas ações, seja em suas relações políticas.

A presente dissertação considerou as políticas públicas como resultados das necessidades sociais e formuladas e executadas a partir de motivações e interesses políticos. Justamente por este motivo, não são naturais, mas sim uma construção social.

Diante da inferência de que há relação entre culturalismo e institucionalismo, vários estudos trazem a como esta relação é pensada: influência da cultura política no estabelecimento ou manutenção da democracia, influência da opinião pública na política e, de forma ampla, entre a opinião dos atores e as políticas públicas. Por isto, procurou-se exemplificar por meio de estudos realizados em diferentes épocas, de como se verifica os pontos de interseção entre as duas vertentes.

Portanto, se existem evidências da relação entre o que as pessoas pensam e seus efeitos sobre as políticas públicas, por que o tema é tratado de forma marginal pela academia? Um dos argumentos é de que tradicionalmente as ciências sociais não se preocupam com as ciências sociais aplicadas. Ou seja, a interdisciplinaridade tão almejada no meio acadêmico ainda está em processo de construção.

Neste sentido, o presente trabalho contribui para o debate acadêmico ao indicar a utilidade do uso de cultura política para pensar as políticas públicas. Como foi mostrado, existem vários indícios da relação entre cultura e políticas públicas. Porém, ainda não foram construídos mecanismos que tornem tangíveis esta observação.

Por isto, defende-se a integração entre as disciplinas das ciências sociais, pois a utilização de instrumentais teórico-metodológicos já amplamente reconhecidos em estudos de cultura política, como pesquisas de tipo *survey* e comparativa entre países, e a utilização do referencial cultural proporcionado pelos estudos sociológicos e antropológicos, contribui para a ampliação do debate em torno dos fatores que influenciam as políticas públicas.

Neste sentido, foram apresentadas algumas hipóteses explicativas para a ausência de debate acerca da aplicabilidade das Ciências Sociais. A primeira hipótese vem da própria história das Ciências Sociais, pois estudos que relacionem tradições diferentes de uma disciplina vão na contramão da história da formação e consolidação das Ciências Sociais. O processo de formação e afirmação das disciplinas foi fundamental para a própria existência das Ciências Sociais como campo de conhecimento formal e autônomo, mas trouxe como subproduto a falta de diálogo entre as próprias disciplinas.

Outra hipótese da relativamente pequena ou quase inexistente produção que trate simultaneamente de cultura política e políticas públicas é a tradição das Ciências Sociais de menosprezar estudos aplicados ou que tenham como objetivo a solução de problemas sociais. De fato, as Ciências Sociais como campo científico possuem hoje em dia autonomia e força, mas paradoxalmente à custa de ver diminuído o seu espaço na proposição de soluções para problemas sociais.

Na América Latina, os cientistas sociais ainda mais preferem se dedicar unicamente a estudos monográficos e teóricos, dando menor atenção a pesquisas que visem à resolução de questões objetivas ou à proposição de intervenções na realidade social. Desta forma, pesquisas sociais aplicadas, como aquelas que considerem a influência da cultura política no sucesso ou insucesso de políticas públicas sociais, são consideradas de menor importância nos circuitos acadêmicos das Ciências Sociais.

Neste sentido, o trabalho apresentou em sua segunda parte o resgate de uma questão fundamental nas disciplinas de ciências sociais: a cultura importa? Os valores dos indivíduos exerceriam alguma influência sobre os processos sociais? Esta visão aparenta ser consensual dentro de diversos círculos acadêmicos; porém, este assunto não é prioritário e muitas vezes é pouco considerado, como, por exemplo, nos estudos de políticas públicas, que fazem parte de uma corrente majoritária não só no debate acadêmico, mas também nos reflexos deste sobre a sociedade.

Diante da exposição do resgate da importância da cultura nos meios acadêmicos, procurou-se mostrar que, se há influência de fatores culturais, de fatores de Cultura Política como, por exemplo, valores, crenças e opinião, esta deve ser considerada para que haja efetividade nas instituições, aqui representadas pelas políticas públicas.

Parte-se da argumentação de que a sociedade com instituições que “conheçam” seu público, que “saibam” quem são seus componentes diretamente afetados tem mais condições de estabelecer a médio e a longo prazos ações que alcancem efetivamente os objetivos propostos e seja eficaz para a resolução de questões sociais necessárias para aquele meio social ou para a manutenção de determinada ação do Estado, visto que as políticas públicas não têm cunho apenas compensatório.

No entanto, valores e atitudes culturais têm sido amplamente ignorados por governos e organismos de ajuda. Neste ponto de vista, o Estado tem sérias dificuldades em lidar com as rápidas transformações que acompanham o desenvolvimento. Por isto, foi realizada uma breve revisão teórica sobre a dificuldade do Estado em agir em conformidade com sua sociedade. Ou seja, a dificuldade em compreender o público-alvo de suas ações para que as mesmas sejam mais efetivas e eficazes.

Para perceber isto basta uma breve análise sobre a composição da agenda de formulação e implementação de políticas públicas. Em que fase estão presente a sociedade e os seus indivíduos, com suas preferências, seus interesses, seus valores?

Ao falar sobre agenda de formulação e implementação de políticas públicas não se pode deixar de lado o fenômeno da padronização de políticas públicas, recorrente em países em desenvolvimento. Tal fenômeno é caracterizado como verticalização e mostra que haveria uma tendência à uniformização na implementação das políticas e propostas de cooperação, uma vez que os países estariam adotando as recomendações elaboradas pela agenda política e econômica das agências internacionais.

A tendência à uniformização das políticas é tratada hoje, por autores como Chang (2004), com a forma que os países desenvolvidos encontraram para impedir a ascensão dos países em desenvolvimento, sugerindo políticas e instituições que eles próprios não adotaram em sua fase de acentuado desenvolvimento econômico e industrial, que se deu no século XIX. O fato é que os países desenvolvidos enriqueceram adotando políticas e instituições opostas às que recomendam.

Os países em desenvolvimento parecem estar sob enorme pressão das nações desenvolvidas e do *establishment* internacional (FMI, Banco Mundial) para adotarem “boas políticas” e “boas instituições”. Atualmente, os países em desenvolvimento contam com

maior número e mais eficazes instituições do que os países atualmente desenvolvidos quando da fase de industrialização. Porém, as políticas e instituições dos países desenvolvidos, em fase de acelerada industrialização e consolidação econômica, diferem radicalmente das que se supõe que eles utilizaram e mais ainda das que recomendam aos países em desenvolvimento.

Assim também ocorre com a formulação das políticas públicas na América Latina, que tendem a uma uniformização que pode ser considerada em função da agenda política e econômica das agências internacionais que estabelecem um padrão de cooperação cujas recomendações são seguidas pela maioria dos países em desenvolvimento. Embora nem todas as políticas públicas sejam frutos de cooperação internacional, a lógica por trás da idealização e da implementação destas é a mesma das propostas de cooperação internacional.

Outro fato que não poderia deixar de ser citado é a tendência mundial de polarização entre ricos e pobres, o que amplia o abismo social e as relações desiguais entre os países. Por isto a proposta deste estudo vai no sentido de prover o conhecimento ampliando o debate acerca do conhecimento do público alvo das políticas, para que assim sua aplicabilidade seja possível em diversas sociedades.

O trabalho procurou mostrar também que muitas vezes os aspectos culturais são incorporados nos desenhos de políticas públicas de forma intuitiva. Não há registros de estudos preliminares ao desenho de políticas sociais e o conhecimento do público alvo normalmente é o advindo do senso comum.

Para exemplificar esta utilização intuitiva de características culturais na formulação e implementação de políticas públicas recorreu-se a três exemplos em épocas distintas, um início dos anos 1920 com a campanha sanitária no Brasil; outro a partir do início dos anos 1980, com as campanhas de combate à AIDS no Brasil; e também o caso do Programa *Bolsa Escola Federal* no início dos anos 2000.

O que se argumenta neste estudo é que, se há medidas para a escolha do público alvo, como dados demográficos, por exemplo, se há medidas para a determinação de valores econômicos, então por que não criar mensurações de fatores culturais que são relevantes para a implementação de determinada política pública? Se evidente é que a cultura importa, que é importante saber o que a população pensa, que é fundamental conhecer o

público alvo, então é igualmente clara a necessidade de consideração destes fatores também na concepção e na implementação de política pública.

Quando se pensa em mensuração econômica – de quanto será gasto, de quanto é necessário ser gasto, de quanto é viável ser gasto – sabe-se que ela é fundamental para compor o desenho de determinada política, pois isto implica gasto de dinheiro público e mexe com toda uma rede orçamentária estatal, além do que seria considerado irresponsável não medir os impactos econômicos a priori. Neste sentido, defende-se que também é essencial conhecer o público alvo, suas crenças, seus valores, sua opinião, pois isto poderá determinar seu sucesso ou o insucesso, na medida em que grande parte do sucesso das políticas depende da adesão do público alvo.

A incorporação de fatores sociais, culturais e políticos na formulação de políticas públicas colaboraria para a inclusão de especificidades do meio social a que é dirigida ampliando assim sua efetividade. Porém isto não seria o bastante para a eficácia da política. Seria necessário um estudo sistemático destes fatores, que obviamente são dinâmicos em função do próprio movimento social e de mecanismos de controle, como por exemplo, um acompanhamento do desenvolvimento da política desde a sua implementação.

Diante disto, na terceira parte deste trabalho foi apresentada uma proposta empírica de um caminho de análise que considere o levantamento das opiniões, das crenças e dos valores da população alvo como processo anterior à formulação e à implementação das políticas públicas.

Para elucidar como poderia se dar tal levantamento, tomou-se como exemplo o trabalho realizado por Marcelo Fonseca e Adilson Borges (1998) que mostrou como ferramentas de marketing no setor público podem mensurar o nível de satisfação dos usuários e com isto auxiliar a administração do transporte público de Porto Alegre de forma que este se torne mais eficiente.

Embora a pesquisa tenha sido realizada com objetivo voltado à administração e ao marketing, procurou-se traçar um paralelo com os objetivos deste trabalho, uma vez que os resultados da pesquisa indicam que há forte relação entre aspectos valorativos do uso do transporte e sua eficiência.

As dimensões apresentadas neste estudo indicam que a observação dos valores e crenças da população alvo das políticas públicas por meio da utilização de instrumental adequado, implicaria formulação de políticas efetivas que teriam seu grau de abrangência ampliado em função da observação de características além das elementares de demografia. Esta observação permitiria que o Estado conhecesse e considerasse quem são as pessoas, o que pensam, no que acreditam e como agem e com isto sua capacidade de ação seria otimizada.

Levar em consideração estes aspectos de cultura política do público alvo no processo de concepção de políticas públicas seria importante para verificação da aceitação da política e conseqüentemente para a adesão dos indivíduos. Não se trata nem de as pessoas aceitarem a política, no sentido de optar ou não pela participação, nem de uma exigência a priori para que uma política seja implementada, pois as políticas são planejadas e executadas por uma série de interesses que independem da vontade popular. Trata-se de conhecer melhor o público alvo e assim ampliar a eficácia e a eficiência das políticas públicas garantindo assim sua efetividade.

Neste sentido, mostrou-se que uma maneira possível para a realização de tal levantamento pode ser pensada a partir da construção de um instrumento, a ser aplicado à população alvo, contendo uma bateria de questões relacionadas a valores que influenciariam qualquer tipo de política pública e baterias de questões específicas contendo pontos que permitam identificar as crenças e os valores relacionados a determinado tipo de política como, por exemplo, educação, emprego, renda ou trabalho. Portanto, este levantamento deveria ser realizado antes da implementação da política para observação das especificidades da população.

Com a finalidade de mostrar como se pode construir um instrumento que atenda os objetivos propostos neste estudo, o trabalho empírico se deu de forma que dimensões analíticas, pudessem ser refletidas no processo de criação da matriz de construção de um questionário e na própria construção do instrumento. Para tanto, foi realizado um estudo das dimensões analíticas, dos conceitos presentes no questionário do WVS, da onda aplicada no Brasil em 2005/2006.

O instrumento do WVS apresenta questões de autopercepção. Nestes tipos de pergunta a taxa de resposta é alta, pois se referem ao que as pessoas acreditam e não ao



conhecimento formal dos problemas e situações sociais que as cercam. Por isto a investigação vai além da informação, pois se aproxima da situação de vida dos sujeitos.

A análise se deu em três etapas concomitantes: a) realização do levantamento das dimensões analíticas e das variáveis correspondentes a estas; b) identificação das variáveis que seriam comuns, passíveis de utilização para qualquer que seja o foco da política pública; c) mapeamento das questões que fariam sentido num cruzamento com uma política específica, a partir da reflexão sobre políticas hipotéticas de trabalho, educação, meio-ambiente, ciência e tecnologia, saúde, transferência de renda e assistência social.

Dentro das dimensões analíticas foram encontradas as que são ligadas a aspectos culturais e as que são relacionadas a aspectos conjunturais. As dimensões culturais são aquelas nas quais as mudanças só são passíveis de observação em longo prazo. São assuntos que perpassam a situação de vida das pessoas e estão ligados a fatores perenes, a atributos pessoais e ao que as pessoas acreditam e tomam para si como verdadeiro. As dimensões conjunturais são aquelas nas quais as mudanças seriam observadas em curto prazo. São questões ligadas ao comportamento pessoal frente à determinada situação ou aspectos demográficos passíveis a variação em um dado período de tempo.

Isto quer dizer que, de maneira ampla, a observação dos valores, pode dar pistas essenciais para mostrar como se dá a configuração social de determinado público. O conhecimento dos valores e das crenças de determinado grupo social permite que no momento da implementação de determinada política pública os elos sociais sejam preservados garantindo assim a configuração da política evitando distorções que impeçam a correta implantação.

Uma forma de incorporar as dimensões culturais e conjunturais para a construção de um instrumento que fosse capaz de retratar os valores e crenças de determinado grupo social com o objetivo de servir à concepção de uma política pública tendo como objetivo realizar um levantamento acerca de aspectos culturais e conjunturais que auxiliasse no processo de concepção e de implementação de uma política pública.

As pesquisas de opinião pública para avaliar políticas públicas são amplamente utilizadas para aperfeiçoar as políticas públicas. No entanto, existem poucos estudos sobre o uso a priori de pesquisas de cultura política para propor ou implementar políticas públicas.

Pode-se apontar como pioneiro nesta frente de pesquisa o trabalho apresentado por CASTRO & GONZÁLEZ (1995) no XIX encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS, no qual os autores apresentam uma proposta normativa do uso de pesquisa de cultura política para o planejamento de políticas públicas utilizando um exemplo de pesquisas junto a prefeitos. O trabalho teve como objetivo conhecer como pensam os prefeitos que seriam atores importantes na implementação de políticas públicas descentralizadas.

A dissertação abre caminho para novos estudos, teóricos e empíricos, que possam ajudar a elucidar a relação entre os campos do culturalismo e do institucionalismo, em geral, e da cultura política e de políticas públicas, em particular.

Do ponto de vista teórico, cabe aprofundar o debate interdisciplinar, como forma de superar as limitações impostas pelas disciplinas. Para que a relação entre cultura e instituições possa ser elucidada, não se pode manter o enfoque disciplinar, mas com ele romper.

Outro desafio teórico é a construção de conceitos que considerem simultaneamente os campos do institucionalismo e do culturalismo. Tais conceitos, uma vez formulados, permitiriam a operacionalização de pesquisas mais robustas e conclusivas.

Já do ponto de vista empírico, algumas questões podem ser levantadas para futuras investigações: como alguns países, mesmo diante da verticalização das políticas públicas, conseguiram enfrentar com certo sucesso seus problemas sociais? Como um país pode lidar e reconhecer suas especificidades no momento da concepção de uma política pública? Em que medida pode-se fugir das imposições dos organismos internacionais que financiam estas políticas?

Algumas pistas podem ser dadas para serem construídos estes caminhos. Uma delas é a utilização de pesquisas *cross-national*, como as já citadas Pesquisa Mundial de Valores, *Eurobarômetro*, *Latinobarômetro*, entre outras, com a simples introdução de novas variáveis sobre o resultado de políticas públicas. Outro é a realização de experimentos com *surveys*, para construção de baterias de perguntas específicas sobre o tema.

Esta dissertação procurou mostrar a relevância do estudo de fatores culturais em políticas sociais e ampliar o debate acadêmico de culturalismo e institucionalismo além de propor um caminho empírico para o estudo de cultura política em políticas públicas. Como conclusão, fica a proposta de utilização do referencial teórico e metodológico da cultura política para planejar e implementar políticas públicas de forma mais eficiente, eficaz e efetiva. Este uso aplicado do conhecimento científico na grande área de ciências sociais pode significar uma nova possibilidade de estudos e mesmo de campo de trabalho para sociólogos, antropólogos e cientistas políticos.

## BIBLIOGRAFIA

ALMOND, G. "The intellectual history of the civic culture". In: ALMOND, G.; VERBA, S. (Eds.) *The civic culture revisited*. Boston: Little, Brown and Company, 1980, p. 1-37.

\_\_\_\_\_. *A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science*. New York, Sage: 1990.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

BARTELS, Larry M. *Constituency Opinion and Congressional Policy Making: The Reagan Defense Buildup*. The American Political Science Review; Jun 1991; 85, 2; Academic Research Library. pg. 457

BENDIX, Reinhard. "Concepts and Generalizations in Comparative Sociological Studies." *American Sociological Review* 28 (4), 1963, pp. 532-539.

BERINSKY, Adam J. *Silent Voices: Social Welfare Policy Opinions and Political Equality in America*. In: American Journal of Political Science, Vol. 46, No. 2. (Apr., 2002), pp. 276-287.

BURSTEIN, Paul. *Bringing the Public Back in: Should Sociologists Consider the Impact of Public Opinion on Public Policy?* Social Forces, Vol. 77, No. 1. Sep., 1998, pp. 27-62.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Discurso de agradecimento pelo título de Doutor Honoris Causa*. Série CEPPAC, 2006, 8p.

CASTRO, H. C. O. *Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa da explicação do comportamento político não-democrático*. In: BAQUERO, M.; CASTRO, H. C. O.; GONZÁLEZ, R. S.(orgs) *A construção democrática na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Ed. UFRGS/ Centro Educacional La Salle de Ensino Superior. Porto Alegre, 1998.

\_\_\_\_\_. *Democracia e mudanças econômicas no Brasil, Argentina e Chile: um estudo comparativo de cultura política*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

CASTRO, H. C. O. ; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Os Prefeitos e O Processo de Formulação de Políticas Nos Municípios. In: XIX Encontro Anual da ANPOCS., 1995, Caxambu. Anais do XIX Encontro Anual da ANPOCS.. Caxambu, 1995

CASTRO, H. C. de O.; SCHMIDT, Benício Vieiro. "Globalização e Políticas Sociais no Brasil" in: PEIXOTO, João Paulo M. (orgs) *Reforma e Modernização do Estado: aspectos da experiência brasileira recente*. Sobral: Edições UVA, 2000. 205p.

CENTRO DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (DATAUnB). *Relatório Consolidado*. Brasília, 2003. 172p. Integra a Avaliação Nacional do Programa Bolsa Escola Federal realizado pelo DATAUnB.

CHANG, Há-Joon. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

EASTON, D. *A Framework for Political Analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

EATON, Kent. *Can Politicians Control Bureaucrats? Applying Theories of Political Control to Argentina's Democracy*. Latin American Politics and Society, Vol. 45, No. 4. (Winter, 2003), pp. 33-62.

FONSECA, Marcelo Jacques; BORGES Jr, Adilson Adão. *O uso da pesquisa de satisfação do consumidor como instrumento de política pública: o potencial de uso no caso do transporte coletivo de Porto Alegre*. XXII Encontro da ANPAD: ENAPAD, 1998.

FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GOSOVIC, B. *Global intellectual Hegemony and the international development agenda*. Cooperation South Journal. n.2, 2001. [http://tcdc.undp.org/coopsouth/2001\\_2/index.asp](http://tcdc.undp.org/coopsouth/2001_2/index.asp)

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Ed Civilização Brasileira. 7ª edição. Rio de Janeiro, 1989.

HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (orgs) *A cultura importa. Os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HUBER, John D.; POWELL JR, G. Bingham. *Congruence Between Citizens and Policymakers in Two Visions of Liberal Democracy*. World Politics, Vol. 46, No. 3. (Apr., 1994), pp. 291-326.

JALBERT, Pierre. *L'Etat em action: politiques publiques et corporatismes*. Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique, Vol. 21, No. 3. (Sep.,1988), pp. 658-660.

JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. *L'État en action: politiques publiques et corporatismes*. Paris: Presses universitaires de France, 1987, 242 p.

JOHNSON, Charles A. *Political Culture in American States: Elazar's Formulation Examined*. American Journal of Political Science, Vol. 20, No. 3. (Aug., 1976), pp. 491-509.

LASWELL, H. D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LINDBLOM, Charles E. *The Science of Muddling Through*. Public Administration Review 19: 78-88. 1959.

\_\_\_\_\_. *Still Muddling, Not Yet Through*. Public Administration Review 39: 517-526. 1979.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1986. 32ª ed.

MATTOS, R. A. *Desenvolvendo e ofertando idéias: um estudo sobre a elaboração de propostas de políticas de saúde no âmbito do Banco Mundial*. Tese de doutorado. UERJ/IMS. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_, *As agências internacionais e as políticas de saúde nos anos 90: um panorama geral da oferta de idéias*. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol 6, n. 2. Rio de Janeiro, 2001.

O'CONNOR, Robert E; SULLIVAN, John L. "Electoral Choice and Popular Control of Public Policy: the case of the 1966 House Elections." In: LUTTEBEG, Norman R. *Public Opinion and Public Policy*. Revised Edition. Models of Political Linkage. The Dorsey Press. Homewood: Illinois, 1974.

PAGE, Benjamin I.; SHAPIRO, Robert Y. *Effects of Public Opinion on Policy*. *The American Political Science Review*, Vol. 77, No. 1. (Mar., 1983), pp. 175-190.

PATEMAN, Carole. *Political Culture, Political Structure and Political Change*. *British Journal of Political Science*, Vol. 1, No. 3. (Jul., 1971), pp. 291-305.

PAZ, Josi. *Aids anunciada: a publicidade e o sexo seguro*. Editora Universidade de Brasília: Brasília, 2007.

PETERS, B. Guy. "Political Institutions, Old and New." In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. (Eds) *A New Handbook of Political Science*. Oxford: New York, 1996.

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*. *Novos Rumos*, Ano 17, No 37, 2002.

RAWLS, John. *Theory of justice(a)*. Oxford: Oxford Univ Press, 1971.

RENNO, L. R. *Cultura Política da Desconfiança: Estudo do Distrito Federal*. Dissertação de mestrado, Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_, *Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes*. *BIB – Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, n. 45, 1. sem. p. 71-92, 1998.

ROTHSTEIN, Bo. "Political Institutions: An Overview." In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. (Eds) *A New Handbook of Political Science*. Oxford: New York, 1996.

SARTORI, Giovanni. "Concept Misformation in Comparative Politics." *The American Political Science Review*, V. 64, n. 4, 1970, pp. 1033-1070.

SASS, Jensen. *Does Culture Count in Political Deliberation? Claro!* Paper apresentado na Sessão Paralela "Culture, Democracy and Participation" da Conferência "Dialogue across

difference". Realizado de 04 e 05 de dezembro de 2006 na Australian National University (ANU).

Local:<http://deliberativedemocracy.anu.edu.au/documents/DAD%20papers/JensenSass.pdf>

Consultado em 16jun06.

SHAPIRO, Robert Y.; YOUNG, John T. *Public Opinion and the Welfare State: The United States in Comparative Perspective*. Political Science Quarterly, Vol. 104, No. 1. (Spring, 1989), pp. 59-89.

SILVESTRE, Rosa Maria. *A horizontalização da cooperação técnica internacional: o caso das funções essenciais de saúde pública no Brasil*. 2007. 132 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

SIMON, Herbert. *Comportamento Administrativo*. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SOARES, Sergei; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Fabio Veras; MEDEIROS, Marcelo; ZEPEDA, Eduardo; *Conditional Cash Transfers in Brazil, Chile and Mexico: Impacts upon Inequality*. IPC Working Paper No. 35. April 2007.

SODELLI, Marcelo. *Os Caminhos da Prevenção à AIDS no Brasil*. Artigo disponível no sítio: [http://www.netpsi.com.br/artigos/99\\_caminhos\\_prevencao\\_aids.htm](http://www.netpsi.com.br/artigos/99_caminhos_prevencao_aids.htm). Acesso em 04/06/2008.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

STEENSLAND, Brian. *Cultural Categories and the American Welfare State: The Case of Guaranteed Income Policy*. The American Journal of Sociology; Mar 2006; 111, 5; ABI/INFORM Global. pg. 1273

VERBA, Sidney. "On revisiting the Civic Culture: a personal postscript." In: ALMOND, Gabriel. A.; VERBA, Sidney (Eds.). *The civic culture revisited*. Boston: Little, Brown and Company, 1989. p. 394-410.

WALTER, Maria Inez M. T. *Capital Social e Estado no Contexto Latino-Americano*. Tese de doutorado, Programa de Doutorado do Centro de Pós-graduação e Pesquisa sobre as Américas, Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

YOUNG, Warren; MEIJAARD, Joris. *Political Culture, Economic Structure and Policy*. The Laffont-Tirole Model Extended to Modern Japan. American Journal of Economics and Sociolog, Vol 61, No. 1, (January, 2002)

## **ANEXO**

Questionário WVS, Brasil, 2006.



## 2005-2006 WORLD VALUES SURVEY

V1. Survey onda número: 5 (Onda 5)

V1a. OECD/Não OECD 2 (Não-OECD)

V2. Código do país: 28 (Brasil)

V3. Número do questionário (*4 dígitos*): \_\_\_\_\_

### APRESENTAÇÃO DO ENTREVISTADOR

Sou do DATAUnB. Estamos realizando um estudo mundial sobre o que as pessoas valorizam na vida. Neste estudo, será entrevistada uma amostra de pessoas que representam a maior parte da população mundial. Seu nome foi selecionado aleatoriamente como parte dessa amostra representativa no Brasil. Gostaria de perguntar sua visão sobre diversos assuntos. Suas respostas serão confidenciais, mas contribuirão para uma melhor compreensão sobre o que as pessoas ao redor do mundo pensam e querem da vida.

(MOSTRE O CARTÃO A)

Para cada um dos itens seguintes, indique em que medida eles são importantes em sua vida. O(A) Sr(a) diria que: *(leia cada item e assinale uma resposta)*

	<i>Muito Importante</i>	<i>Importante</i>	<i>Pouco Importante</i>	<i>Não é importante</i>
V4. Família	1	2	3	4
V5. Amigos	1	2	3	4
V6. Tempo livre	1	2	3	4
V7. Política	1	2	3	4
V8. Trabalho	1	2	3	4
V9. Religião	1	2	3	4

(NOTA: assinale, mas não leia, nem agora nem durante a toda a entrevista):  
-1 Não sabe (NS)  
-2 Não respondeu (NR)  
-3 Não se aplica (NSA)

V10- Em geral, o(a) Sr(a) se considera uma pessoa: *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Muito feliz
- 2 Feliz
- 3 Não muito feliz
- 4 Infeliz

V11- Em geral, como está sua saúde? *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Muito boa
- 2 Boa
- 3 Razoável
- 4 Ruim



(MOSTRE O CARTÃO D)

Nesta lista, há vários grupos de pessoas. O Sr(a) poderia, por favor, mencionar quais o(a) Sr.(a) não gostaria de ter como vizinhos? (*assinale todas as citadas*)

	<i>Citado</i>	<i>Não Citado</i>
V34. Viciados em drogas	1	2
V35. Pessoas de outras raças	1	2
V36. Pessoas com AIDS	1	2
V37. Trabalhadores imigrantes ou estrangeiros	1	2
V38. Homossexuais	1	2
V39. Pessoas de outras religiões	1	2
V40. Pessoas que bebem demais	1	2
V41. Casais que não são casados, mas moram juntos	1	2
V42. Pessoas que falam uma língua diferente	1	2
V43. Pessoas negras	1	2
V43A. Prostitutas	1	2
V43B. Ex-presidiários	1	2
V43C. Menores infratores (pivetes/trombadinhas etc.)	1	2
V43D. Favelados	1	2
V43E. Idosos	1	2
V43F. Doentes mentais	1	2

O(A) Sr.(a) concorda, nem concorda nem discorda, ou discorda das seguintes afirmações? (*leia os itens e assinale uma resposta para cada*)

	<i>Concordo</i>	<i>Nem concorda nem discorda</i>	<i>Discordo</i>
V44. Quando há poucos empregos, os homens devem ter mais direito a um emprego do que as mulheres.	1	2	3
V45. Quando há poucos empregos, os empregadores deveriam dar mais prioridade aos brasileiros do que aos estrangeiros.	1	2	3

(MOSTRE O CARTÃO E)

V46. Algumas pessoas pensam que têm total liberdade de escolha e controle total sobre suas vidas; outras pensam que o que elas fazem não tem nenhuma influência sobre o que acontece em sua vida. Por favor, use essa escala, em que 1 quer dizer “nenhuma liberdade de escolha” e 10 quer dizer “total liberdade de escolha”, quanto de liberdade de escolha e controle o(a) Sr.(a) acha que tem sobre o que acontece em sua vida? (*assinale um número*)

Nenhuma liberdade de escolha											Total liberdade de escolha
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

(MOSTRE O CARTÃO F)

V47. O(A) Sr(a) acha que a maioria das pessoas tentariam levar vantagem sobre o(a) Sr(a) se tivessem uma chance ou tentariam ser justas? Mostre sua resposta baseada no cartão, em que 1 significa “as pessoas tentariam levar vantagem sobre o(a) Sr(a)” e 10 significa que “as pessoas tentariam ser justas”. (*assinale um número*)

As pessoas tentariam levar vantagem sobre o(a) Sr(a)											As pessoas tentariam ser justas
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

V48. Gostaria de perguntar sobre as coisas que seriam mais importantes para o(a) Sr(a). se estivesse procurando emprego. Vou ler algumas coisas que muitas pessoas levam em conta em relação a seu trabalho. Se o(a) Sr(a) estivesse procurando emprego, o que o(a) Sr(a) colocaria em primeiro lugar?

- 1 Um bom salário, para não se preocupar com dinheiro.
- 2 Um emprego seguro, sem risco de fechar, ou de desemprego.
- 3 Trabalhar com pessoas que o(a) Sr(a) gosta.
- 4 Fazer um trabalho importante para se sentir realizado.

V49. E qual seria a segunda coisa mais importante?

- 1 Um bom salário, para não se preocupar com dinheiro.
- 2 Um emprego seguro, sem risco de fechar, ou de desemprego.
- 3 Trabalhar com pessoas que o(a) Sr(a) gosta.
- 4 Fazer um trabalho importante para se sentir realizado.

Especifique para cada uma das seguintes afirmações se o(a) Sr(a) concorda totalmente, concorda, nem concorda nem discorda, discorda ou discorda totalmente? (*leia os itens e assinale uma resposta para cada*)

	<i>Concordo totalmente</i>	<i>Concordo</i>	<i>Nem concordo nem discordo</i>	<i>Discordo</i>	<i>Discordo totalmente</i>
V50. Para desenvolver inteiramente suas habilidades, o(a) Sr(a) precisa de um emprego.	1	2	3	4	5
V51. É humilhante receber dinheiro sem trabalhar.	1	2	3	4	5
V52. As pessoas que não trabalham ficam preguiçosas.	1	2	3	4	5
V53. Trabalhar é uma obrigação para com a sociedade.	1	2	3	4	5
V54. O trabalho deve vir sempre em primeiro lugar, mesmo que isso signifique menos tempo livre.	1	2	3	4	5

(MOSTRE O CARTÃO G)

V55. Atualmente, o(a) Sr(a) está: (*leia e assinale uma resposta*)

- 1 Casado
- 2 Morando junto como casado
- 3 Divorciado
- 4 Separado
- 5 Viúvo
- 6 Solteiro

V56. O(A) Sr(a) tem filhos? (*assinale uma resposta*)

- 0 Não
- 1 Um filho(a)
- 2 Dois filhos
- 3 Três filhos
- 4 Quatro filhos
- 5 Cinco filhos
- 6 Seis filhos
- 7 Sete filhos
- 8 Oito filhos ou mais

V57. Quando alguém diz que, para crescer feliz, a criança precisa de um lar com pai e mãe, o(a) Sr(a) tende a concordar ou a discordar? (*assinale uma resposta*)

- 1 Tende a concordar
- 2 Tende a discordar

V58. O(A) Sr(a) concorda ou discorda da seguinte afirmação: “o casamento é coisa do passado.” (*leia e assinale uma resposta*)

- 1 Concorda
- 2 Discorda



(MOSTRE O CARTÃO J)

V71. Se tivesse que escolher, qual dessas coisas o(a) Sr.(a) diria que é a mais importante atualmente? (assinale uma resposta na coluna “o primeiro mais importante”)

V72. E em segundo lugar? (assinale uma resposta na coluna “o segundo mais importante”)

	<b>V71. O primeiro mais importante</b>	<b>V72. O segundo mais importante</b>
Manter a ordem no País.	1	1
Aumentar a participação do povo nas decisões importantes do Governo.	2	2
Combater o aumento dos preços.	3	3
Proteger a liberdade de expressão.	4	4

(MOSTRE O CARTÃO K)

V73. Aqui está outra lista. Em sua opinião, qual dessas coisas é a mais importante? (assinale uma resposta na coluna “primeiro mais importante”)

V74. E em segundo lugar? (assinale uma resposta na coluna “segundo mais importante”)

	<b>V73. Primeiro mais importante</b>	<b>V74. Segundo mais importante</b>
Uma economia estável.	1	1
Progresso em direção a uma sociedade mais humana e menos impessoal.	2	2
Progresso em direção a uma sociedade na qual as idéias têm mais valor que o dinheiro.	3	3
Combate à criminalidade.	4	4

V75. Naturalmente, ninguém quer que aconteça uma guerra; mas se isso acontecesse, o(a) Sr.(a) estaria disposto a lutar pelo Brasil? (assinale uma resposta)

1 Sim

2 Não

Vou ler uma lista de mudanças que poderiam acontecer no nosso modo de vida nos próximos anos. Se cada uma dessas coisas acontecesse, o(a) Sr.(a) acharia bom, ruim ou nenhum dos dois? (leia e assinale uma resposta para cada afirmação)

	<b>Seria bom</b>	<b>Nenhum dos dois</b>	<b>Seria ruim</b>
V76. O trabalho passasse a ser menos importante em nossas vidas.	1	2	3
V77. Mais importância ao desenvolvimento da tecnologia.	1	2	3
V78. Mais respeito pelas autoridades.	1	2	3
V79. Mais importância à vida familiar.	1	2	3

(MOSTRE O CARTÃO L)

Agora irei descrever algumas pessoas. Usando este cartão indique se a descrição é muito parecida, se é parecida, se é parecida com o(a) Sr(a) em algumas coisas, se é diferente em algumas coisas, diferente ou se é muito diferente do(a) Sr(a). (assinale uma resposta para cada afirmação e leia as opções)

	<i>Muito parecida comigo</i>	<i>Parecida comigo</i>	<i>Parecida comigo em algumas coisas</i>	<i>Diferente de mim em algumas coisas</i>	<i>Diferente de mim</i>	<i>Muito diferente de mim</i>
V80. Ter novas idéias e ser criativo é o que conta para essa pessoa. Ela prefere fazer as coisas do seu jeito.	1	2	3	4	5	6
V81. Para essa pessoa, o que importa é ser rico, ter muito dinheiro e coisas caras.	1	2	3	4	5	6
V82. O importante para essa pessoa é viver num ambiente seguro e evitar o que pode ser perigoso.	1	2	3	4	5	6
V83. Para essa pessoa é importante se divertir e fazer o que gosta.	1	2	3	4	5	6
V84. Para essa pessoa, o importante é poder ajudar as pessoas que estão próximas e se preocupar com o bem-estar delas.	1	2	3	4	5	6
V85. Para essa pessoa, o importante é ter muito sucesso e que as pessoas reconheçam suas conquistas.	1	2	3	4	5	6
V86. Ter uma vida emocionante é o importante para essa pessoa. Aventuras e riscos são parte fundamental da vida.	1	2	3	4	5	6
V87. Para essa pessoa é importante se comportar de maneira correta e evitar fazer qualquer coisa que as pessoas achem errado.	1	2	3	4	5	6
V88. Se preocupar com o meio ambiente e com a natureza é importante para essa pessoa.	1	2	3	4	5	6
V89. A tradição é importante para essa pessoa; ela segue os costumes da religião ou da família.	1	2	3	4	5	6

V90. O(A) Sr.(a) acha que, a longo prazo, o progresso da ciência vai ajudar ou vai prejudicar a humanidade?

1 Vai ajudar

2 Vai prejudicar

3 Um pouco dos dois (*não leia, assinale só se a resposta for espontânea*)

(MOSTRE O CARTÃO O)

Agora vou ler algumas afirmações e gostaria de saber, em uma escala de 1 a 10, em que medida o(a) Sr(a) concorda ou discorda de cada uma. Para cada alternativa, 1 significa que o(a) Sr(a) “discorda totalmente” e 10 significa que “concorda totalmente”. (assinale um número para cada afirmação)

	<i>Discordo totalmente</i>							<i>Concordo totalmente</i>		
V91. Ciência e tecnologia estão tornando nossa vida mais saudável, fácil e confortável.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

	<b>Discordo totalmente</b>					<b>Concordo totalmente</b>				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V92. Devido à ciência e à tecnologia a próxima geração terá mais oportunidades.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V93. Ciência e tecnologia fazem com que o nosso modo de vida mude muito rápido.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V94. Nós dependemos muito da ciência e nem tanto da fé.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

V95. Em que medida o(a) Sr.(a) se interessa por política? O(A) Sr(a) é: *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Muito interessado
- 2 Um pouco interessado
- 3 Não muito interessado
- 4 Não sou interessado

(MOSTRE O CARTÃO M)

Agora, gostaria que o(a) Sr.(a) olhasse este cartão. Vou ler algumas formas de atuação política que as pessoas podem ter e gostaria que me dissesse se já fez alguma dessas coisas, se poderia vir a fazer ou se não faria nunca. *(leia e assinale uma resposta para cada afirmação)*

	<b>Já fiz</b>	<b>Poderia fazer</b>	<b>Não faria nunca</b>
V96. Assinar um abaixo-assinado.	1	2	3
V97. Participar de boicotes.	1	2	3
V98. Participar de manifestações pacíficas.	1	2	3
V98a. Participar de passeatas.	1	2	3
V98b. Participar de greves.	1	2	3
V99. Outro: _____ <i>(anote)</i>	1	2	3

Nos últimos cinco anos, o(a) Sr(a) participou de alguma das seguintes atividades? *(leia e assinale uma opção para cada alternativa)*

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
V100. Assinou um abaixo-assinado.	1	2
V101. Participou de boicotes.	1	2
V102. Participou de manifestações pacíficas.	1	2
V102a. Participou de passeatas.	1	2
V102b. Participou de greves.	1	2
V103. Outra: _____ <i>(anote)</i>	1	2

V104. Aqui estão dois argumentos que as pessoas usam quando discutem o meio ambiente e o crescimento econômico. Qual delas se aproxima mais do seu ponto de vista? *(leia e assinale uma resposta)*

1 A proteção do meio ambiente deveria ser prioritária, mesmo se desacelerasse o desenvolvimento econômico e diminuísse a oferta de empregos.

2 Desenvolvimento econômico e criação de empregos deveriam ser prioritários mesmo que o meio ambiente sofra algum dano.

3 Outra resposta *(anote se a resposta for espontânea)*: \_\_\_\_\_



(MOSTRE O CARTÃO N)

Vou ler algumas afirmações sobre o meio ambiente. Para cada uma, diga se o(a) Sr(a) concorda totalmente, concorda, discorda ou discorda totalmente?

	<i>Concordo totalmente</i>	<i>Concordo</i>	<i>Discordo</i>	<i>Discordo totalmente</i>
V105. Eu daria parte do meu salário se tivesse certeza que o dinheiro seria usado para evitar a poluição do meio ambiente.	1	2	3	4
V106. Eu concordaria em aumentar os impostos se o dinheiro extra fosse usado para prevenir a poluição do meio ambiente.	1	2	3	4
V107. O governo deveria reduzir a poluição do meio ambiente, mas isso não deveria me custar nada.	1	2	3	4

Vou ler uma lista de problemas ambientais presentes em muitas comunidades. Por favor, diga em que medida o(a) Sr(a) considera que esses problemas são graves em relação à sua comunidade. São muito graves, graves, pouco graves ou não são graves? (*leia e assinale uma resposta para cada problema*)

	<i>Muito grave</i>	<i>Grave</i>	<i>Pouco grave</i>	<i>Não é grave</i>
V108. Baixa qualidade da água	1	2	3	4
V109. Baixa qualidade do ar	1	2	3	4
V110. Falta de água tratada e de esgoto	1	2	3	4

Agora vamos pensar em problemas ambientais do mundo como um todo. Por favor, diga em que medida o(a) Sr(a) considera que esses problemas são graves em relação ao mundo como um todo. São muito graves, graves, pouco graves ou não são graves?

	<i>Muito grave</i>	<i>Grave</i>	<i>Pouco grave</i>	<i>Não é grave</i>
V111. Aquecimento global ou efeito estufa.	1	2	3	4
V112. Perda de espécies de plantas e animais ou de biodiversidade.	1	2	3	4
V113. Poluição de rios, lagos e oceanos.	1	2	3	4

(MOSTRE O CARTÃO P)

V114. Quando se trata de política, as pessoas falam de “esquerda” e de “direita”. De um modo geral, onde o(a) Sr(a) colocaria sua visão nesta escala? (*assinale um número*)

Esquerda  
1      2      3      4      5      6      7      8      9      10  
Direita

V115. Imagine duas secretárias, com a mesma idade, e que fazem praticamente o mesmo serviço. Uma delas fica sabendo que a outra ganha mais. A secretária que tem o salário maior é mais rápida, mais eficiente e mais confiável em seu trabalho. Na sua opinião, é justo ou injusto que uma secretária ganhe mais que a outra?

- 1 É justo
- 2 É injusto

(MOSTRE O CARTÃO Q)

V116. Agora gostaria que o(a) Sr(a) desse sua opinião sobre vários assuntos. Como o(a) Sr(a) classificaria seu ponto de vista usando essa escala? 1 significa que o(a) Sr(a) concorda totalmente com a afirmação da esquerda e 10 significa que o(a) Sr(a) concorda totalmente com a afirmação da direita; e se seu ponto de vista está entre as afirmações, escolha um número entre elas. (*assinale um número por questão*)

Os salários deveriam ser mais parecidos  
1      2      3      4      5      6      7      8      9      10  
As diferenças salariais deveriam ser maiores para incentivar o esforço individual

V117.	Empresas e negócios particulares devem aumentar										Empresas e negócios do governo devem aumentar
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V118.	O governo deveria se responsabilizar mais para garantir boas condições de vida a todos										As pessoas deveriam se responsabilizar mais por elas mesmas
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V119.	A concorrência é boa porque estimula as pessoas a trabalhar mais e desenvolver novas idéias										A concorrência é ruim porque desperta o que há de pior nas pessoas
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V120.	No futuro, a pessoa trabalhadora consegue uma vida melhor										Ser uma pessoa trabalhadora não necessariamente traz sucesso. É mais uma questão de sorte e de contatos
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
V121.	As pessoas só podem enriquecer às custas dos outros										A riqueza pode aumentar e ser suficiente para todos
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

(MOSTRE O CARTÃO R)

V122. Alguns acreditam que as pessoas podem decidir seu próprio destino. Outros acreditam que é impossível fugir do seu destino. Numa escala de 1 a 10, na qual 1 significa “tudo é predeterminado” e 10, que “as pessoas podem construir seu próprio destino”, diga em que ponto o(a) Sr.(a) se encontra: *(assinale um número)*

Tudo já está determinado											As pessoas podem construir seu próprio destino
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		

(MOSTRE O CARTÃO S)

V123. De modo geral, o(a) Sr(a) diria que o mundo está melhor ou pior por causa da ciência e da tecnologia? Usando esta escala, diga qual das opiniões mais se aproxima da sua: 1 significa que “o mundo está muito pior” e 10 significa que “o mundo está muito melhor”. *(assinale um número)*

O mundo está muito pior											O mundo está muito melhor
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		

V124. Sobre as pessoas de outros países que vêm trabalhar aqui, qual das seguintes opções o(a) Sr(a) acha que o governo deveria adotar: *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Deixar que qualquer pessoa que queira venha trabalhar no Brasil?
- 2 Deixar que as pessoas venham desde que haja empregos disponíveis?
- 3 Impor limites ao número de estrangeiros que podem vir?
- 4 Proibir a vinda de estrangeiros?

Gostaria de perguntar em que medida o(a) Sr(a) confia nos seguintes grupos. O(A) Sr(a) poderia me dizer se confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nas pessoas dos grupos abaixo. *(leia e assinale uma resposta para cada item)*

	<i>Confia totalmente</i>	<i>Confia em parte</i>	<i>Confia pouco</i>	<i>Não confia</i>
V125a. Pessoas em geral	1	2	3	4
V125. Sua família	1	2	3	4
V126. Seus vizinhos	1	2	3	4
V127. Pessoas que você conhece pessoalmente	1	2	3	4
V128. Pessoas que você está vendo pela primeira vez	1	2	3	4
V129. Pessoas de outras religiões	1	2	3	4
V130. Pessoas de outros países	1	2	3	4

Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações? *(leia e assinale uma resposta para cada item)*

	<i>Confia totalmente</i>	<i>Confia em parte</i>	<i>Confia pouco</i>	<i>Não confia</i>
V131. Igrejas	1	2	3	4
V132. Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)	1	2	3	4
V133. Imprensa	1	2	3	4
V134. Televisão	1	2	3	4
V135. Sindicatos	1	2	3	4
V136. Polícia	1	2	3	4
V137. Justiça	1	2	3	4
V138. Governo Federal	1	2	3	4
V139. Partidos políticos	1	2	3	4
V140. Congresso Nacional (Câmara e Senado)	1	2	3	4
V141. Serviço público	1	2	3	4
V142. Grandes Empresas	1	2	3	4
V143. Organizações de meio ambiente	1	2	3	3
V144. Organizações de mulheres	1	2	3	4
V145. Organizações humanitárias ou de caridade.	1	2	3	4
V146. Mercosul	1	2	3	4
V147. Nações Unidas (ONU)	1	2	3	4

Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? *(leia e assinale uma resposta para cada item)*

	<i>Ótimo</i>	<i>Bom</i>	<i>Ruim</i>	<i>Péssimo</i>
V148. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.	1	2	3	4
V149. Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país.	1	2	3	4
V150. Ter um governo militar.	1	2	3	4
V151. Ter um sistema político democrático.	1	2	3	4



V166. Em 2000, líderes que representavam quase todos os países do mundo estabeleceram programas para melhorar a vida das pessoas dos países pobres. Esses programas são conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Vou ler alguns dos problemas que esses programas envolvem. Indique quais desses problemas o(a) Sr(a) considera o mais grave. Qual desses problemas o(a) Sr(a) acha o mais grave **para o mundo como um todo?** (leia e assinale uma resposta na coluna “primeiro mais grave para o mundo”)

V167. E qual é o segundo problema mais grave em relação ao mundo como um todo? (assinale uma resposta na coluna “segundo mais grave para o mundo”)

	<i>V166. Primeiro mais grave para o mundo</i>	<i>V167. Segundo mais grave para o mundo</i>
Pessoas vivendo na pobreza e passando necessidades.	1	1
Discriminação contra mulheres e meninas.	2	2
Falta de água tratada e de esgoto e doenças infecciosas.	3	3
Educação inadequada.	4	4
Poluição do meio ambiente.	5	5

V168. Quais desses problemas o(a) Sr(a) considera ser o mais grave **em relação ao Brasil?** (assinale uma resposta na coluna “primeiro mais grave”):

V169. E qual é o segundo mais grave? (assinale uma resposta na coluna “segundo mais grave”)

	<i>V168. Primeiro mais grave</i>	<i>V169. Segundo mais grave</i>
Pessoas vivendo na pobreza e passando necessidades.	1	1
Discriminação contra mulheres e meninas	2	2
Falta de água e esgoto tratados e doenças infecciosas	3	3
Educação inadequada	4	4
Poluição do meio ambiente	5	5

(MOSTRE O CARTÃO W)

Vou ler uma lista de problemas globais e de objetivos que os líderes mundiais estabeleceram que devem ser reduzidos. Pensando nos problemas brasileiros, para cada um dos objetivos que serão lidos, na sua opinião, qual o nível de prioridade que os líderes brasileiros deveriam dar? (leia e assinale uma resposta para cada meta)

	<i>Prioridade máxima</i>	<i>Prioridade alta</i>	<i>Prioridade média</i>	<i>Prioridade baixa</i>
V170. Aproximadamente 25% da população mundial vive em extrema pobreza. Isso significa que vivem com menos de um dólar (menos de três reais) por dia. A meta é reduzir essa porcentagem pela metade até 2015.	1	2	3	4
V171. Atualmente, mais de 130 milhões de crianças em idade de frequentar o ensino fundamental não estão na escola. A meta é garantir, até 2015, que todas as crianças sejam capazes de completar um ciclo do ensino fundamental.	1	2	3	4
V172. Aproximadamente 8 em cada 100 crianças que nascem no mundo, morrem antes de completar 5 anos. A meta é reduzir essa proporção em dois terços até 2015.	1	2	3	4
V173. Aproximadamente cinco milhões de pessoas são infectadas pelo vírus HIV-AIDS a cada ano. A meta é deter a propagação do HIV-AIDS.	1	2	3	4
V174. Aproximadamente 840 milhões de pessoas no mundo moram em bairros degradados (favelas). A meta é melhorar as condições habitacionais de pelo menos 100 milhões de pessoas.	1	2	3	4

V178. Pensando nos problemas do Brasil, seus líderes deveriam dar prioridade máxima para ajudar a diminuir a pobreza no mundo ou para resolver os problemas do Brasil? Use essa escala em que 1 significa “prioridade máxima para reduzir a pobreza no mundo” e 10 significa “prioridade máxima para resolver os problemas do Brasil”: *(assinale um número)*

Prioridade máxima para reduzir a pobreza no mundo	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Prioridade máxima para resolver os problemas do Brasil
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	--

Alguns acreditam que certos tipos de problemas deveriam estar sob a responsabilidade da ONU (Organização das Nações Unidas) ou de organizações regionais tais como União Européia, NAFTA ou MERCOSUL, ao invés de serem tratadas por cada governo nacional separadamente. Outros acreditam que esses problemas deveriam ser deixados sob a responsabilidade de seus respectivos governos. Eu vou falar alguns problemas. Para cada um, diga se o Sr(a) acredita que políticas nessas áreas devem ser decididas pelo governo nacional, organizações regionais ou pela ONU. *(leia e assinale uma resposta para cada item)*

	<i><b>Governos nacionais</b></i>	<i><b>Organizações regionais</b></i>	<i><b>ONU</b></i>
V179. Paz mundial	1	2	3
V180. Proteção do meio ambiente	1	2	3
V181. Ajuda para países em desenvolvimento	1	2	3
V182. Refugiados	1	2	3
V183. Direitos humanos	1	2	3

V184. Mudando de assunto, com que frequência o(a) Sr(a) pensa sobre o significado e o sentido da vida?

- 1 Muitas vezes
- 2 Algumas vezes
- 3 Raramente
- 4 Nunca

V185. O(A) Sr(a) pertence a alguma religião ou grupo religioso? Se sim, qual? *(assinale uma resposta)*

Não pertence a nenhuma religião ou grupo religioso	0
Católico Romano	1
Protestante	2
Ortodoxo (Russo-Grego- etc.)	3
Judeu	4
Mulçumano	5
Hindu	6
Budista	7
Espírita	9
Evangélico	10
Religiões de origem africana (umbanda, candomblé etc.)	11
Religiões de origem indígena	12
Outra: _____ <i>(anote)</i>	13

(MOSTRE O CARTÃO X)

V186. Sem contar com casamentos e funerais, com que frequência o(a) Sr(a) participa de atividades religiosas atualmente? (*assinale uma resposta*)

- 1 Mais de uma vez por semana
- 2 Uma vez por semana
- 3 Uma vez por mês
- 4 Somente nos dias santos
- 5 Uma vez ao ano
- 6 Muito raramente
- 7 Nunca ou praticamente nunca

V187. Independente de participar de eventos religiosos, o(a) Sr(a) se considera: (*leia e assinale uma resposta*)

- 1 Uma pessoa religiosa
- 2 Uma pessoa que não é religiosa
- 3 Uma pessoa que não acredita em Deus

De modo geral, o(a) Sr(a) acredita que as igrejas no Brasil estão dando boas respostas a: (*leia e assinale uma resposta para cada item*)

	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
V188 Problemas morais e necessidades individuais	1	2
V189 Problemas familiares	1	2
V190 Necessidades espirituais	1	2
V191 Problemas sociais que o Brasil enfrenta hoje	1	2

(MOSTRE O CARTÃO Y)

V192. Em que medida Deus é importante em sua vida? Use essa escala para indicar: 10 significa “muito importante” e 1 significa “nada importante”. (*assinale um número*)

Nada importante										Muito importante
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

V193. O(A) Sr(a) dedica algum tempo para rezar, meditar, contemplar ou coisas semelhantes?

- 1 Sim
- 2 Não

(MOSTRE O CARTÃO Z)

Em que medida o(a) Sr(a) concorda ou discorda das afirmações seguintes? (*leia e assinale uma resposta para cada item*)

	<i>Concordo totalmente</i>	<i>Concordo</i>	<i>Não concordo nem discordo</i>	<i>Discordo</i>	<i>Discordo totalmente</i>
V194 Políticos que não crêem em Deus não servem para trabalhar no serviço público.	1	2	3	4	5
V195 Líderes religiosos não deveriam influenciar o voto das pessoas nas eleições.	1	2	3	4	5
V196 Seria melhor para o Brasil se mais pessoas muito religiosas estivessem no serviço público.	1	2	3	4	5
V197 Líderes religiosos não deveriam influenciar as decisões do governo.	1	2	3	4	5

(MOSTRE O CARTÃO AA)

Usando esse cartão, diga em que medida as afirmativas podem ser justificadas, não podem ser justificadas ou alguma opinião entre essas duas. Na escala de 1 a 10, 1 significa “nunca se justifica” e 10 significa “sempre se justifica” (*leia e assinale uma alternativa para cada item*)

	<i>Nunca se justifica</i>					<i>Sempre se justifica</i>				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V198. Pedir benefícios do governo sem ter direito.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V199. Evitar pagar passagem em transporte público.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V200. Não pagar impostos se tiver a chance.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V201. Aceitar suborno para cumprir seu dever.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V202. Homossexualidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V203. Prostituição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V204. Aborto	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V205. Divórcio	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V206. Eutanásia (provocar a morte de uma pessoa que tenha uma doença que não tem cura)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V207. Suicídio	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
V208. O homem bater na esposa.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

V209. Em que medida o(a) Sr(a) é orgulhoso de ser brasileiro? (*leia e assinale uma resposta*)

1 Muito orgulhoso

2 Orgulhoso

3 Não muito orgulhoso

4 Não sou orgulhoso

5 Eu não sou brasileiro (*não leia, assinale só se a resposta for espontânea*)

(MOSTRE O CARTÃO AB)

As pessoas têm diferentes visões sobre elas próprias e como se relacionam com o mundo. Usando este cartão, diga em que medida o(a) Sr(a) concorda ou discorda de cada uma das afirmativas sobre a forma como o(a) Sr(a) se vê. (*leia e assinale uma resposta para cada item*)

	<i>Concordo Totalmente</i>	<i>Concordo</i>	<i>Discordo</i>	<i>Discordo totalmente</i>
V210. Eu me vejo como um cidadão do mundo.	1	2	3	4
V211. Eu me vejo como um cidadão da minha comunidade.	1	2	3	4
V212. Eu me vejo como um membro da nação brasileira.	1	2	3	4
V213. Eu me vejo como membro da América Latina.	1	2	3	4
V214. Eu me vejo como uma pessoa isolada.	1	2	3	4

Seu pai e sua mãe são estrangeiros que vieram para o Brasil ou não? Por favor, indique separadamente para cada um.

	<i>Estrangeiros</i>	<i>Não são estrangeiros</i>
V215. Mãe	1	2
V216. Pai	1	2



Na sua opinião, para uma pessoa que quer se naturalizar brasileira, em que medida cada uma das afirmativas é uma condição importante? Diga, para cada condição, se considera muito importante, importante ou não é importante. *(leia e assinale uma resposta para cada afirmação)*

	<i>Muito importante</i>	<i>Importante</i>	<i>Não é importante</i>
V217. Ter um antepassado de nacionalidade brasileira.	1	2	3
V218. Ter nascido no Brasil.	1	2	3
V219. Adotar os costumes brasileiros.	1	2	3
V220. Viver sob as leis brasileiras.	1	2	3

(MOSTRE O CARTÃO AC)

V221. Falando sobre a existência de pessoas de várias raças, com qual das seguintes afirmativas o(a) Sr(a) concorda? Use essa escala para indicar sua posição. *(assinale um número)*

A existência de pessoas de várias raças reduz a união de um país	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	A existência de pessoas de várias raças enriquece a vida
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---

As pessoas usam diferentes fontes para se informar sobre o que está acontecendo no Brasil e no mundo. Para cada uma das seguintes fontes, indique se a usou semana passada ou não para obter informação. *(leia e assinale uma resposta para cada item)*

	<i>“Usei” semana passada</i>	<i>Não “usei” semana passada</i>
V223. Jornal diário	1	2
V224. Jornais de TV ou rádio	1	2
V225. Revistas	1	2
V226. Programas de rádio ou TV	1	2
V227. Livros	1	2
V228. Internet e e-mail (correio eletrônico)	1	2
V229. Conversas com amigos ou colegas	1	2

V230. Com que frequência o(a) Sr(a) usa computador pessoal? *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Nunca
- 2 Raramente
- 3 Frequentemente
- 4 Não sei o que é um computador *(não leia, assinale só se a resposta for espontânea)*

(MOSTRE O CARTÃO AD)

V231. Se houvesse uma eleição amanhã, o(a) Sr(a) votaria em qual partido dessa lista? Fale o número do cartão. Se o(a) Sr(a) não tem certeza, qual partido o(a) atrai mais? *(assinale uma resposta)*

0. Nenhum
1. PDT
2. PFL
3. PMDB
4. PPB
5. PSDB
6. PSOL
7. PT
8. PTB
9. PV
10. Outros: \_\_\_\_\_ *(anote)*

V232. E qual partido seria sua segunda opção? Se o(a) Sr(a) não tem certeza, qual partido o(a) atrai mais? *(assinale uma resposta)*

0. Nenhum
1. PDT
2. PFL
3. PMDB
4. PPB
5. PSDB
6. PSOL
7. PT
8. PTB
9. PV
10. Outros: \_\_\_\_\_ *(anote)*

V233. Há algum partido em que o(a) Sr(a) nunca votaria? *(assinale uma resposta)*

0. Nenhum
1. PDT
2. PFL
3. PMDB
4. PPB
5. PSDB
6. PSOL
7. PT
8. PTB
9. PV
10. Outros: \_\_\_\_\_ *(anote)*

V234. O(A) Sr(a) votou na última eleição para o Congresso Nacional do Brasil (Deputado Federal ou Senador)? *(assinale uma resposta)*

- 1 Sim
- 2 Não

#### DEMOGRAFIA

V235. *(anote sem perguntar):*

- 1 Feminino
- 2 Masculino

V236. Qual é o ano de seu nascimento? 19\_\_\_\_\_ *(escreva os dois últimos dígitos)*

V237. Isso significa que o(a) Sr(a) tem \_\_\_\_\_ anos. *(escreva a idade com dois dígitos)*

V238. Qual o nível educacional mais alto que o(a) Sr(a) atingiu?

- 1 Não frequentou a escola
- 2 Ensino fundamental incompleto
- 3 Ensino fundamental completo
- 4 Ensino médio incompleto
- 5 Ensino médio completo
- 8 Ensino superior incompleto
- 9 Ensino superior completo

V239. Com que idade o(a) Sr(a) completou (ou vai completar) o seu nível educacional, seja na escola ou numa instituição de educação superior? Por favor, não considere o que aprendeu fora da escola.

\_\_\_\_\_ *(anote a idade com dois dígitos)*

V240. O(A) Sr(a) mora com seus pais? *(assinale uma resposta)*

- 1 Sim
- 2 Não

V241. O(A) Sr(a) está empregado agora ou não? Se sim, quantas horas por semana? Se há mais de um emprego, responder somente sobre o emprego principal. *(assinale uma resposta)*

Sim, tem emprego remunerado:	
Emprego de período integral (30h por semana ou mais)	1
Emprego de meio-período (Menos de 30h por semana)	2
Autônomo	3
Não, não tem emprego remunerado	
Aposentado ou pensionista	4
Dona de casa não remunerada	5
Estudante	6
Desempregado	7
Outro: _____ <i>(anote)</i>	8

V242. Qual profissão/ocupação o(a) Sr(a) trabalha? Se houver mais de um emprego, qual é o principal? Qual é/foi o seu emprego? \_\_\_\_\_ *(escreva e assinale de acordo com a lista abaixo, mas não leia em voz alta)*

- 1 Empregador (sócio, dono) de estabelecimento de mais de 10 funcionários
- 2 Empregador (sócio, dono) de estabelecimento com menos de 10 funcionários
- 3 Profissional liberal: advogado, contador, professor etc.
- 4 Supervisor de trabalhadores de escritório (não-manuais)
- 5 Trabalhador de escritório (e ocupações não-manuais)
- 6 Capatazes e supervisores de trabalhadores manuais.
- 7 Trabalhador manual especializado
- 8 Trabalhador manual semi-especializado
- 9 Trabalhador braçal não-especializado
- 10 Fazendeiro
- 11 Trabalhador rural
- 12 Membro das forças armadas, segurança pessoal
- 13 Nunca teve emprego (vá para a questão 248 – V248)
- 14 Nunca trabalhou (vá para a questão 249 – V249)

SE NUNCA TRABALHOU COMO EMPREGADO, APENAS POR CONTA PRÓPRIA, VÁ PARA A QUESTÃO 248 (V248).

SE NUNCA TRABALHOU, VÁ PARA A QUESTÃO 249 (V249).

V243. O(A) Sr(a) está trabalhando para o governo, para a empresa privada ou para a indústria? *(leias as opções e assinale uma resposta)*

- 1 Governo ou instituição pública.
- 2 Empresa privada ou indústria.
- 3 Organização privada não-lucrativa.

V244. As tarefas que o(a) Sr(a) executa no trabalho são na maioria manuais ou intelectuais? Use essa escala em que 1 significa “mais tarefas manuais” e 10 significa “mais tarefas intelectuais”: *(assinale uma resposta)*

Mais tarefas										Mais tarefas
Manuais										intelectuais
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

V245. As tarefas que executa no trabalho são na maioria repetidas ou criativas? Use essa escala em que 1 significa “mais tarefas rotineiras” e 10 significa “mais tarefas criativas”: *(assinale uma resposta)*

Mais tarefas repetidas										Mais tarefas criativas
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

V246. Em que medida o(a) Sr(a) é independente nas tarefas em que executa no seu trabalho? Use essa escala para indicar seu grau de independência em que 1 significa “nenhuma independência” e 10 significa “total independência”: *(assinale uma resposta)*

Nenhuma independência										Total independência
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

V247. O(A) Sr(a) supervisiona outras pessoas no trabalho? *(assinale uma resposta)*

- 1 Sim
- 2 Não

V248. O(A) Sr(a) recebe o salário mais alto de sua casa? *(assinale uma resposta)*

- 1 Sim (nesse caso pule as duas próximas questões e vá para V251)
- 2 Não (nesse caso continue com a próxima questão)

V249. A pessoa de sua família que tem o salário mais alto está empregada agora ou não? *(assinale uma resposta)*

- 1 Sim
- 2 Não

V250. Essa pessoa exerce ou exerceu qual profissão/ocupação? Se houve mais de um emprego, qual o principal? Qual é/foi o trabalho dessa pessoa?

\_\_\_\_\_ *(escreva e assinale de acordo com a lista abaixo, mas não leia em voz alta)*

- 1 Empregador (sócio, dono) de estabelecimento de mais de 10 funcionários
- 2 Empregador (sócio, dono) de estabelecimento com menos de 10 funcionários
- 3 Profissional liberal: advogado, contador, professor e etc.
- 4 Supervisor de trabalhadores de escritório (não-manuais)
- 5 Trabalhador de escritório (e ocupações não-manuais)
- 6 Chefe, supervisor, encarregado etc.
- 7 Trabalhador manual especializado
- 8 Trabalhador manual semi-especializado
- 9 Trabalhador braçal não-especializado
- 10 Fazendeiro
- 11 Trabalhador rural
- 12 Membro das forças armadas, segurança pessoal
- 13 Nunca teve emprego

V251. No ano passado, a sua família: *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Guardou dinheiro
- 2 Ganhou e gastou o dinheiro
- 3 Gastou as economias da família
- 4 Gastou as economias da família e fez empréstimos

V252. As pessoas às vezes se descrevem como pertencendo à classe trabalhadora, à classe média ou à classe alta ou baixa. O(A) Sr(a) se descreve como pertencendo à: *(leia e assinale uma resposta)*

- 1 Classe alta
- 2 Classe média-alta
- 3 Classe média
- 4 Classe média-baixa
- 5 Classe baixa

(MOSTRE O CARTÃO AE)

V253. Nesse cartão há uma escala de salários em que 1 indica “nível mais baixo de salários” e 10 significa “nível mais alto de salários” do Brasil. Gostaria de saber em qual nível a sua renda familiar está. Indique o número, contando com o salário de toda a família. *(assinale uma resposta)*

Nível mais baixo de salários										Nível mais alto de salários
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

V253a. De modo geral, o(a) Sr(a). diria que pode confiar na maioria das pessoas ou não pode confiar na maioria das pessoas? (*assinale uma resposta*)

- 1 A maioria das pessoas são de confiança.
- 2 A maioria das pessoas não são de confiança.

**ENCERRE A ENTREVISTA E AGRADEÇA AO (A) ENTREVISTADO(A).**

**Hora do término da entrevista:** \_\_\_\_\_

V254. (*assinale o grau de interesse demonstrado pelo entrevistado*)

- 1 O entrevistado estava bastante interessado
- 2 O entrevistado estava razoavelmente interessado
- 3 O entrevistado não estava interessado

V255. (*assinale o tamanho da população*)

- 1 menos que 2.000 habitantes
- 2 de 2.000 a 5.000 habitantes
- 3 de 5.000 a 10.000 habitantes
- 4 de 10.000 a 20.000 habitantes
- 5 de 20-50.000
- 6 50-100.000
- 7 100-500.000
- 8 500.000 e mais

V256. (*assinale o grupo étnico usando apenas a observação*)

- 1 Branco
- 2 Negro
- 3 Moreno ou pardo
- 4 Oriental: chinês, japonês etc.
- 5 Indígena
- 6 Outro:  
(*anote*)

V257. Assinale a UF em que a entrevista foi feita.

Norte	Centro-Oeste
1 Acre	17 Distrito Federal
2 Amapá	18 Goiás
3 Amazonas	19 Mato Grosso
4 Pará	20 Mato Grosso do Sul
5 Rondônia	Sudeste
6 Roraima	21 Espírito Santo
7 Tocantins	22 Minas Gerais
Nordeste	23 Rio de Janeiro
8 Alagoas	24 São Paulo
9 Bahia	Sul
10 Ceará	25 Paraná
11 Maranhão	26 Santa Catarina
12 Paraíba	27 Rio Grande do Sul
13 Pernambuco	
14 Piauí	
15 Rio Grande do Norte	
16 Sergipe	

V258. Assinale a língua em que a entrevista foi feita:

- 1 Português

V259 Peso (Fator de correção da amostra)